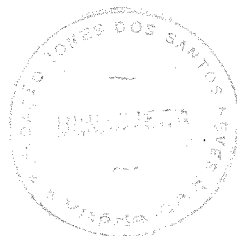


IJ00184
3761/1980

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA DE APOIO ÀS CAPITAIS E CIDADES DE PORTE MÉDIO:
PERFIL DA CIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM



FEV/80

48100 JS

17.409815 2095
1981 20
08/1982
3761/80



PROGRAMA DE APOIO ÀS CAPITAIS E CIDADES DE PORTE MÉDIO:
PERFIL DA CIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM



GOVERNADOR DO ESTADO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Arlindo Villaschi Filho

PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Gilson Carone

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente

Antônio Luiz Borjaille - Diretor Técnico

SUPERVISÃO

Antônio Luiz Borjaille

ASSESSORIA TÉCNICA

José Fernando Destefani dos Santos

Maurício Faria

Mirtes Storch de Almeida

Roberto Garcia Simões

EQUIPE TÉCNICA

Branca Regina da Silva Guerreiro

Carlos Roberto Miranda

Deusdedith Baptista

Regina Schiavini da Silva

Silvana Zuccolotto

ESTAGIÁRIOS

Carla D'Angelo Moulin

José Angelo Feitosa Perim

EQUIPE DE APOIO DA FJSN

APRESENTAÇÃO

O Perfil da Cidade de Cachoeiro do Itapemirim constitui-se na primeira etapa das constantes no Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte-Médio que consubstancia as Diretrizes para o Programa de Investimentos Urbanos - período 1979 (2º semestre)/1980. Este Programa é um dos instrumentos de implantação da Política Urbana Nacional e contribue para a concretização de alguns de seus objetivos, tais como os de propiciar a criação de novos pontos de desenvolvimento no território nacional; estimular a desconcentração de atividades econômicas e de população; criar novas oportunidades de emprego e, contribuir para a redução das disparidades inter-regionais e inter-pessoais de renda.

Estes objetivos compatibilizam-se com as *Diretrizes para a Ação Integrada - 79-83* do Governo do Estado do Espírito Santo que tem como uma de suas estratégias a Ação Regional, definida a partir dos seguintes antecedentes: concentração na Grande Vitória (setores público e privado); potencialidades não identificadas; pulverização/conflitos (ação federal, estadual e municipal). Cabe ainda salientar que as Diretrizes da Ação Econômica estão voltadas para:

- promover a interiorização do desenvolvimento;
- estimular a vocação econômica das diferentes regiões do Estado;
- promover a melhoria da qualidade de vida, o que denota uma articulação de políticas que compatibilizadas entre si lograrão os objetivos o que se propõem.

A Ação Regional tem por objetivo não só dar maior racionalidade à ação governamental, na medida em que ela procura, por exemplo, a curto prazo, um processo de regionalização programática.

Ela poderá ser capaz não só de promover esta descentralização e portanto, de ampliar as bases do governo no que tange à agilização da máquina burocrática. A sua finalidade é, também, de tentar levar o governo mais para perto das comunidades interioranas, tornando-o mais acessível à população. Esta proximidade propiciará, necessariamente, não só um envolvimento mas também um comprometimento maior entre o governo e as populações que vivem no interior.

A sua efetivação será dada, de acordo com a proposta de regionalização estadual, que demarca regiões programadas e, dentre as quais a Região V que tem Cachoeiro do Itapemirim como sede.

Na medida em que o *Programa de Apoio as Capitais e Cidades de Porte Médio* objetiva fortalecer as cidades de porte médio, e coaduna-se com as *Diretrizes para a Ação Integrada - 79-83*, passa a ter fundamental importância para que os objetivos harmonicamente compatibilizados possam ser atingidos no Estado do Espírito Santo.

LISTA DE MAPAS

- MAPA 1 - 0 território municipal
- MAPA 2 - Sítio urbano
- MAPA 3 - Recursos hídricos
- MAPA 4 - Sistema viário urbano
- MAPA 5 - Perímetro Urbano
- MAPA 6 - Saneamento básico
- MAPA 7 - Infra-estrutura viária
- MAPA 8 - Transporte coletivo
- MAPA 9 - Equipamentos de cultura e lazer
- MAPA 10 - Equipamentos urbanos
- MAPA 11 - Conjuntos habitacionais - COHAB/INOCOOP
- MAPA 12 - Bairros de baixa renda
 - A - *Bairro Zumbi*
 - B - *Bairro Km 90*
 - C - *Bairro Nova Brasília*
 - D - *Bairro Maria Grande*
 - E - *Bairro Novo Parque*
 - F - *Bairro Costa e Silva*
 - G - *Bairro Nossa Senhora da Penha*
 - H - *Bairro União*
 - I - *Bairro Valão*
 - J - *Bairro Caiçaras*
- MAPA 13 - Evolução urbana
- MAPA 14 - Uso do solo
- MAPA 15 - Estratégia de desenvolvimento territorial
- MAPA 16 - Regionalização proposta para o Estado do Espírito Santo

LISTA DE QUADROS

PÁGINA

3A - Divisão territorial do Estado do Espírito Santo	27
3B - População total e taxas geométricas de crescimento no Estado e regiões	28
3C - População rural e urbana no Estado e regiões	29
3D - Densidades populacionais, total e rural, no Estado e por Região (hab/km ²)	30
3E - Espírito Santo - indicadores regionais - 1977	31
4A - Evolução da população do Município de Cachoeiro de Itapemirim	34
4B - Evolução da população do Município e Distrito-sede de Cachoeiro de Itapemirim	35
4C - Grau de concentração urbana na cidade e no Município de Cachoeiro de Itapemirim	36
4D - Movimento migratório intra-estadual do Município de Cachoeiro de Itapemirim - período 1968-1977	37
4E - Distribuição da PEA por área de atividade e por faixa etária do Distrito-sede do Município de Cachoeiro de Itapemirim - 1977	42
4F - Distribuição, por faixa etária, da população economicamente ativa e da população fora do mercado de trabalho, em idade economicamente ativa, do Distrito-sede do Município de Cachoeiro de Itapemirim - 1977	43
5A - Cidade de Cachoeiro de Itapemirim - Transporte Coletivo	57
5B - Cachoeiro de Itapemirim - equipamentos de cultura e lazer ..	63
6A - Cachoeiro de Itapemirim - infra-estrutura - nível de carência dos bairros	68
6B - Cachoeiro de Itapemirim - conjuntos habitacionais	69
6C - Cachoeiro de Itapemirim - inscrições, por faixa de renda, para programas habitacionais da COHAB	70
8A - Organização administrativa da PMCI	82

8B - Pessoal segundo níveis de escolarização e remuneração	92
8C -	93
8D -	94
8E - Receita arrecadada nos anos de 1977 a 1979, e prevista para 1980	96
8F - Composição da receita - comparativo receita orçada e realizada	97
8G - Detalhamento da receita estimada - 1980	98
8H - Despesa realizada nos anos de 1977 a 1979, e prevista para 1980	99
8I - Estrutura da despesa - PMCI	100
8J - Despesas por funções, nos anos de 1977 a 1979 e prevista para 1980	101
8L - Despesas por funções	102

SUMÁRIO	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	12
2. ESTRUTURA FÍSICO-ECOLÓGICA DO SÍTIO DO MUNICÍPIO E DA CIDADE ..	16
3. POSIÇÃO DA CIDADE NA REDE URBANA ESTADUAL E SUA INSERÇÃO EM PRO GRAMA DE NATUREZA ECONÔMICO-SOCIAL DE ÂMBITO NACIONAL E REGIO NAL	22
4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	32
4.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA	33
4.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	40
5. REALIDADE URBANÍSTICA DA CIDADE	44
5.1. SANEAMENTO BÁSICO	45
5.2. SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	47
5.3. ENERGIA	49
5.4. TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA	50
5.5. TRANSPORTE COLETIVO	55
5.6. TRANSPORTE FERROVIÁRIO	58
5.7. EQUIPAMENTOS URBANOS DIVERSOS	59
6. CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS POR BAIRRO	64
7. EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DE EXPANSÃO DO USO DO SOLO	71
7.1. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO	72
7.2. USO DO SOLO ATUAL	75

8. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	78
8.1. ÁREA ORGANIZACIONAL	79
8.2. ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	89
8.3. ÁREA FINANCEIRA	93
8.4. CAPACIDADE DE GERENCIAMENTO	103
9. ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, COM ÊNFASE À ESTRATÉGIA FÍSICO-ESPACIAL	105
9.1. ASPECTOS ECONÔMICOS	106
9.2. ESTRATÉGIA FÍSICO-TERRITORIAL	108
9.2.1. Tendências de expansão	108
9.3. USO DESEJADO DO SOLO	110
9.4. REDE VIÁRIA BÁSICA PARA ESTRUTURAÇÃO URBANA	112
9.5. LOCALIZAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS	114
9.6. ÁREAS VERDES	115
9.7. RESTRIÇÕES FÍSICAS À URBANIZAÇÃO	116
9.8. A OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL URBANO	117
ANEXOS	119
1. ASPECTOS DA CIDADE POR OCASIÃO DAS ENCHENTES DE JAN/79	
2. UNIDADES DE SAÚDE	
3. REDE FÍSICA ESCOLAR DO DISTRITO-SEDE DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	

1.

INTRODUÇÃO

O Perfil da Cidade de Cachoeiro do Itapemirim é um documento que contém um conjunto de informações que permitirão uma avaliação da situação e das perspectivas para a cidade, além de levar em consideração os objetivos da administração e de suas intenções gerais de ação para o Município.

Com ele procura-se obter uma visão globalizante dos problemas da cidade, que permitirão definir uma proposta para a sua estrutura urbana.

Para tanto, considerou-se de forma mais acurada os objetivos de natureza intra-urbana do *Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio*, quais sejam: coordenação das ações setoriais em desenvolvimento e/ou programadas para a cidade; proporcionar à população de baixa renda condições de acesso aos equipamentos e serviços de uso coletivo; orientação adequada da expansão urbana, bem como a criação de condições a nível da administração municipal de gerenciamento corrente e eficaz dos recursos disponíveis, proporcionando subsídios técnicos e financeiros necessários à implantação de um processo contínuo de planejamento.

Apesar de constituir-se no elemento básico para a definição do Programa de Investimentos Urbanos que será a etapa subsequente, o perfil deve ser encarado também como um marco referencial do desencadeamento de um processo de planejamento mais efetivo a nível do Município. Tem-se presente que o referido programa requer para sua concretização, segundo os propósitos a que procura colimar, um rol de medidas no plano institucional que estejam voltadas para a constituição de um aparato dotado de condições básicas, para proceder não só o gerenciamento do Programa de Investimentos Urbanos, como também implementar as recomendações preconizadas neste perfil.

As limitações temporais e de recursos humanos levou a Coordenação Estadual do Programa a estabelecer uma metodologia para a elaboração do trabalho que levou em conta estas limitações. Esta metodologia, foi desenvolvida procurando integrar os diversos níveis de governo principalmente o municipal e o estadual. Para tanto foi constituída uma equipe interdisciplinar, com participação de técnicos da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação Jones dos Santos Neves,

entidade vinculada a esta Secretaria. No decorrer dos levantamentos foram ouvidos diversos órgãos das administrações municipal, estadual e federal que atuam ou potencialmente possam atuar sobre o espaço urbano da cidade.

O trabalho foi constituído de três fases distintas:

- . uma primeira, na qual desenvolveu-se inúmeros contactos e reuniões, tanto na capital do Estado como na cidade, visando estabelecer os objectos do perfil e mesmo do *Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio*.
- . uma segunda fase, que constituiu a realização de um levantamento dos estudos e planos existentes para a cidade, Município e Região e um reconhecimento expedido da área urbana.
- . e a terceira fase, na qual analisou-se as diversas informações obtidas nas fases anteriores.

Convém deixar claro que o prazo exíguo para a elaboração deste documento, associado às dificuldades encontradas para obtenção de dados primários ou mesmo já elaborados confiáveis, contribuiu marcadamente para determinar o nível de abordagem do trabalho.

As últimas informações disponíveis sobre o espaço urbano, são aquelas contidas no Plano Local de Desenvolvimento Integrado (PDLI), elaborado no ano de 1975. As informações ali encontradas, além de estarem, muitas delas ultrapassadas pelo tempo, não apresentam grau de confiança necessário, notadamente aquelas referentes a uso do solo e a rede de infra-estrutura urbana básica.

Quanto a base cartográfica, pode-se dizer que a cidade está bem servida com uma restituição aerofotogramétrica, de 1974, na escala 1:2.000, embora a mesma abranja somente a área ocupada naquele ano. Já quanto aos dados referentes à dinâmica populacional, os mais recentes e com nível de confiança satisfatório, são aqueles obtidos no Censo Escolar Estadual de

1977, realizado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e da Educação. Os aspectos administrativos e financeiros do Município, foram estudados a partir das informações levantadas junto as Secretarias Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda. Os dados referentes à realidade físico-territorial foram fornecidas pelas Secretarias Municipal de Planejamento e de Obras e pelos órgãos e empresas concessionárias dos serviços públicos, além do reconhecimento direto dos problemas urbanos, obtido percorrendo os inúmeros bairros da cidade.

A análise das diversas informações foram realizadas por técnicos da Prefeitura, sob supervisão do Departamento de Articulação com os Municípios e da Fundação Jones dos Santos Neves, entidades da Secretaria de Estado do Planejamento. Desta forma a Coordenação Estadual do Programa pode fazer um acompanhamento contínuo da elaboração do Perfil da Cidade.

Assim sendo, segue os demais itens do perfil da cidade itemizado segundo sugestão do Anexo I do documento do *Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porto Médio*, procurando retratar as nuances específicas da Cidade bem como o aporte requerido para a concretização da postura preconizada de se deslanchar um processo de planejamento à nível municipal.

Já a área de expansão urbana, também definida em lei municipal (Ver Mapa 5) pode ser descrita em duas faixas distintas:

- uma situada a esquerda do rio Itapemirim, com a grande parte de seus pontos situados em altitudes superiores a 100m. Esta área, constituída por inúmeros morros, muitos deles com encostas com declividade impróprias para a ocupação, apresenta atualmente, fraca tendência de expansão urbana (Ver Mapa 13).
- uma outra, representada por extensa área, razoavelmente plana, drenada pelo córrego dos Monos e por seu principal afluente o córrego de Santa Teresa ou Monte Cristo. Esta área cortada pela rodovia BR-482 (ES-10) e ES-289 pavimentadas, apresenta inúmeras áreas planas com altitude variando entre 65 e 100m. Nela, verifica-se a principal tendência de expansão urbana da cidade, estando aí localizado a maioria dos conjuntos habitacionais existentes ou programados (Ver Mapa 11)

Já a hidrologia do Município, como dito anteriormente, está ligada à bacia dos rios Itapemirim e Castelo que correm nas suas áreas baixas, enquanto seus afluentes drenam encostas íngremes das zonas serranas.

A área urbana da cidade é cortada em dois segmentos pelo rio Itapemirim. Dentro do perímetro urbano, o rio desloca suas águas com mais velocidade, devido aos inúmeros desniveis que o seu leito apresenta, formando um cachoeirado, advindo daí o nome da cidade. A caixa do rio, neste trecho, possui largura razoável, com cerca de 150m em média e a vazão é significativa mesmo nos meses de seca.

A caixa do rio sofreu, recentemente, uma redução, num trecho de cerca de 2.000m, na sua margem direita, do Centro à dália da Luz, em consequência da construção de um dique e do aterro da área conquistada ao leito do rio. Em decorrência da diminuição do seu leito, a velocidade de vazão do rio, aumentou, originando problemas de erosão na sua margem esquerda, trazendo graves problemas para as edificações do bairro Aquidabã. Convém destacar que, as margens do rio Itapemirim são ocupadas em toda a sua extensão dentro

O território do Município, localizado no sul do Estado do Espírito Santo, estende-se quase que na sua totalidade, sobre a bacia do rio Itapemirim e seus afluentes. Os mapas de nº 1 e 2 auxiliam a leitura deste ítem.

O relevo municipal tem muita amplitude, registrando cotas que variam desde cerca de 20 metros, nas proximidades da sede municipal, a mais de 1.800m na região norte do Município.

Ao longo do vale do rio Itapemirim, existe uma larga faixa na qual a altitude não ultrapassa a casa dos 200m. Nesta faixa - na qual está localizada a sede municipal - vamos encontrar um relevo de colinas aplainadas, com topos arredondados e vertentes convexas, formando no conjunto o relevo conhecido por *Mar de Morros*.

A área urbana, definida em lei municipal (Ver Mapa 5), pode quanto as suas características topográficas serem enquadradas em três zonas diferenciadas:

- uma estreita faixa plana às margens do rio Itapemirim, com altitudes variando entre 20 e 30m. Esta faixa não chega a atingir mais do que 100m na sua maior largura, que se verifica no bairro do Guandū. É nesta faixa plana, situada na margem direita do rio, que está localizada a área de maior densidade de ocupação da cidade e o seu centro de comércios e serviços.
- uma segunda faixa é delimitada pelas áreas com altitudes superiores a 30m e inferiores a 100m. Nestas áreas, situadas nas duas margens do rio Itapemirim, predominam encostas com declividades acentuadas e nelas estão localizados mais da metade das edificações da cidade.
- na terceira faixa, nas áreas com cotas acima de 100m, distingue-se; uma, localizada nas proximidades da aglomeração urbana principal, onde a ocupação quase chega a atingir a cota de 150m. Nesta área, da qual o principal exemplo é o bairro do Zumbi, as encostas apresentam declividade de excessivamente acentuada que as tornam inviáveis para a ocupação urbana.

2.

ESTRUTURA FÍSICO-ECOLÓGICA DO SÍTIO DO
MUNICÍPIO E DA CIDADE

da área urbana, inexistindo vias marginais, sendo que a maioria das edificações possuem suas fundações sobre o leito do mesmo, a não ser ao longo da Av. Beira-Rio, recentemente aberta em decorrência do citado aterro.

Dentro da área urbana destacam-se como coletores de águas pluviais e mesmo de afluentes servidos, os seguintes córregos:

- Margem direita: Amarelo - o mais extenso - Zumbi e Basiléia
- Margem esquerda: Monte Líbano e Cobiça formadores do Coronel Borges.

Estes córregos - a maioria com leito em desniveis -, são ocupados em suas margens, acontecendo que em alguns casos, existem edificações particulares sobre os mesmos, diminuindo suas caixas, dificultando o escoamento natural das águas.

Convém destacar que sendo a bacia do rio Itapemirim bastante extensa, e estar a mesma bastante desprovida de cobertura vegetal, associada ao fato de que o leito do rio encontra-se bastante assorada, tem-se agravado o problema de cheias, com consequências negativas para inúmeros bairros da cidade e mesmo para sua área comercial central.

Quanto à hidrografia das áreas de expansão urbana, é significativo o número de córregos que drenam a região ao longo da BR-482 (ES-10) e ES-289 (Ver Mapa 3). Aí se destacam o córrego dos Monos e seus afluentes: Monte Cristo ou Santa Teresa, Andorinha, Lombo Seco e Toniquinho. Estes córregos, ao contrário dos localizados na área urbana, não estão ainda com suas margens ocupadas, mas possuem o agravante de serem localizados em áreas planas e, portanto, com pequena velocidade de escoamento.

Quanto aos aspectos geológicos, pode-se dizer que no território municipal, afloram terrenos de idade pré-cambrianas, compostas de rochas gnaisse, quartzitos, calcários etc. Somente em minúsculas porções do espaço municipal, verifica-se afloramento de formação terciária e quartenária.

As áreas urbana e de expansão urbana da cidade localizam-se sobre terrenos de formação pré-cambrianas, a não ser em pequenos trechos ao longo do rio e córregos, onde aparecem formações quaternárias.

Segundo a Carta de Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Espírito Santo, os solos do Município são, em sua maior parte, classificados como *Terra Roxa Estruturada*, *Latosolo Vermelho Amarelo* e *Brunizem*. Outros tipos de solo aparecem em pequenas áreas do Município.

Nas áreas urbana e de expansão urbana da cidade predomina a *Terra Roxa Estruturada*, em relevo forte ondulado e montanhoso no sudeste e oeste, e em relevo ondulado no norte, nordeste e noroeste. Com menor presença e entremeado do tipo de solo acima citado, aparece o *Latosolo Vermelho Amarelo*, no sul e sudeste da malha urbana, em relevo forte e ondulado.

Uma das características deste tipos de solos é terem textura argilosa. A *Terra Roxa Estruturada* é mais erodível que o *Latosolo Vermelho Amarelo*, por ter uma textura um pouco mais arenosa. Embora não sejam solos dos mais favoráveis à erosão, se comparados por exemplo com o *Brunizem*, a presença deles nas áreas urbana e de expansão da cidade requer cuidados especiais devido à declividade acentuada das encostas.

Já no que tange a vegetação, pode-se dizer que o Município era coberto, originalmente, em sua maior parte, pela floresta latifoliada tropical, que ocorre normalmente em áreas onde a umidade atmosférica e a precipitação pluviométrica é pouco acentuada. Existe, atualmente, escassos testemunhos desta floresta primitiva. Somente na região norte e montanhosa do Município, encontram-se áreas com cobertura florestal primitiva.

Na área urbana e suas proximidades, praticamente inexistente alguma cobertura florestal significativa a não ser, uma pequena concentração arbórea existente nas proximidades do bairro São Felipe e outra na região do Pico do Itabira.

Quanto ao clima, o território municipal apresenta nas áreas baixas, incluindo a área da sede, clima quente e úmido e nas áreas montanhosas, cli

-Y 10

ma temperado de altitude. Convém destacar que no entorno da área urbana da cidade registra-se, em termos de região, os índices reais elevados de evapotranspiração potencial e de deficiências hídricas anuais. Esta área registra também os mais baixos índices de precipitação pluviométrica anual da região. Estas características são favoráveis no ponto de vista da ocupação urbana, que devido as inúmeras encostas com declividade acentuada, teria agravado os problemas de erosão se os índices pluviométricos fossem elevados.

Em síntese: a cidade de Cachoeiro é localizada no vale do rio Itapemirim, que a corta em duas, e distribui-se por ambas suas margens, com seu sistema viário maior paralelo ao rio. Sua topografia irregular e difícil, leva-a a erguer-se nas margens do rio, nas fraldas e altos dos morros, a em regiões entre-morros, não possuindo, literalmente, áreas planas significativas na atual área ocupada. O rio Itapemirim é responsável, periodicamente, por fortes enchentes que chegam as vias urbanas importantes e a outros logradouros, com prejuízos normalmente elevados para o Município e para seus habitantes.

3. POSIÇÃO DA CIDADE NA REDE URBANA ESTADUAL E SUA
INSERÇÃO EM PROGRAMA DE NATUREZA ECONÔMICO-SOCIAL
DE ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL
-

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim é o núcleo urbano mais importante da região, e de todo o interior do Espírito Santo, sendo a sede regional da Região V, no âmbito da organização territorial do Estado, para fins de programação e ação administrativa (Quadro 3A).

Além do próprio Município, a cidade polariza os municípios de Guaçui, Alegre, Castelo, Mimoso do Sul, Lúna, Iconha, Itapemirim, Presidente Kennedy, Atílio Vivacqua, Muqui, Jerônimo Monteiro, Conceição do Castelo, Apiacá, Bom Jesus do Norte, São José do Calçado, Muniz Freire, Divino de São Lourenço e Dores do Rio Preto.

A Região de Cachoeiro de Itapemirim (Região V), situa-se na parte sul do Espírito Santo, indo do Atlântico a leste, até a fronteira com Minas Gerais a oeste, do rio Itabapoana na divisa com o Rio de Janeiro até a área serrana do Estado no divisor de águas com as bacias do rio Doce, do Jucu e do Benevente.

Embora, em número, os municípios que constituem a região, abranjam mais de 1/3 do total dos municípios espírito-santenses, a área total, devido a pequena extensão das unidades territoriais, corresponde a somente 22% do total do Estado.

Com uma estrutura de cidades do tipo primaz, na qual Cachoeiro de Itapemirim tem excelência absoluta, a Região V, já foi, até a década de 40, a maior produtora de café no Estado, e por isso mesmo, foi uma das primeiras áreas a apresentar um processo de urbanização intenso no contexto estadual.

Na primeira metade deste século, o Município de Cachoeiro de Itapemirim chegou a constituir-se no principal pólo de desenvolvimento do Estado. Destaca-se, que já na primeira década deste século, a cidade de Cachoeiro de Itapemirim constituía um importante entroncamento ferroviário e ponto de comercialização de toda a produção cafeeira da bacia do Itapemirim. No início da década seguinte, começou a ser implantado o que se poderia dizer, o primeiro centro industrial do Estado, muito em função dos recur

os agropecuários, minerais e energéticos disponíveis. Nesta época foram instaladas uma fábrica de cimento, uma de tecidos, uma de óleo vegetais e uma de papel, por iniciativa do Governo Estadual.

Com a expansão da fronteira agrícola para o norte do Estado, após os anos 40, a região se transformou na mais importante zona de pecuária leiteira do Estado, abrigando cerca de sete cooperativas do ramo, sendo a de Cachoeiro de Itapemirim a mais importante do Estado, tendo mesmo projeção nacional.

Atualmente, apesar de ter perdido a primazia econômica-industrial para o Aglomerado da Grande Vitória, o Município além de centro prestador de serviços de âmbito regional, constituiu-se no segundo pólo industrial do Estado.

As indústrias mais importantes na atualidade são a fábrica de cimento e as de extração e beneficiamento de mármore - o Município é o maior produtor brasileiro de mármore -.

Cachoeiro em 1970 era possuidor de maior número de estabelecimentos industriais que qualquer outro município capixaba.

Apesar da rede rodoviária asfaltada na década 60 e 70 fortalecerem a polarização exercida pelo comércio e serviços de Cachoeiro, a pequena dinâmica populacional da região não tem contribuído para dar porte mais significativo a esta função. A população da região que era de 398,4 mil habitantes em 1960, passou a 389,3 mil e 379,6 mil, respectivamente em 1970 e 1977 num quadro marcante de evasão populacional (Ver Quadros 3B; 3C; 3D e 3E).

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim, ao contrário da região polarizada, elevou sua população de 24.021 habitantes em 1950 para 41.462 habitantes

em 1960, 60.129 habitantes em 1970 e 66.137 em 1977*

Verifica-se na região um fenômeno de crescimento da primazia da cidade pólo, ao mesmo tempo que a população regional cresce a taxas negativas, com tendência a estabilizar-se. É notório em muitos municípios da região o esvaziamento rural, associado a estagnação da população urbana.

No contexto regional e nacional, a cidade assim se estrutura:

Situada a 449Km do Rio de Janeiro, pela rodovia e a 470 pela ferrovia que a serve, a cidade de Cachoeiro dista 133Km de Vitória, pela rodovia e 159 pela ferrovia, sendo estas as capitais que lhe ficam mais próximas.

Além da Estrada de Ferro Leopoldina sua mais antiga via de transporte, que nasce em Vitória, passa por Cachoeiro, Campos e Macaê e chega ao Rio de Janeiro, a cidade é servida pela BR-482, que parte da BR-101, a 10Km distante, e vai até o Estado de Minas Gerais, a oeste. Existem rodovias estaduais, asfaltadas e não que vão à BR-262, a 75Km ao norte de Cachoeiro. Todos os distritos acham-se ligados à sede por estradas, algumas asfaltadas e sua maioria, de chão de terra e municipais, com uma destas em processo final de asfaltamento. A cidade possui ainda, um aeroporto com 1.200m de pista de pouso, havendo um aero-club e serviço de taxi-aéreo.









No que se refere ao planejamento, existe entre outros estudos, para orientar o desenvolvimento da cidade e do Município, um Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) elaborado sob a orientação do extinto Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), do Ministério do Interior e cujo trabalho técnico é de autoria do Escritório Técnico Ary Garcia Roza Ltda., do Rio de Janeiro.

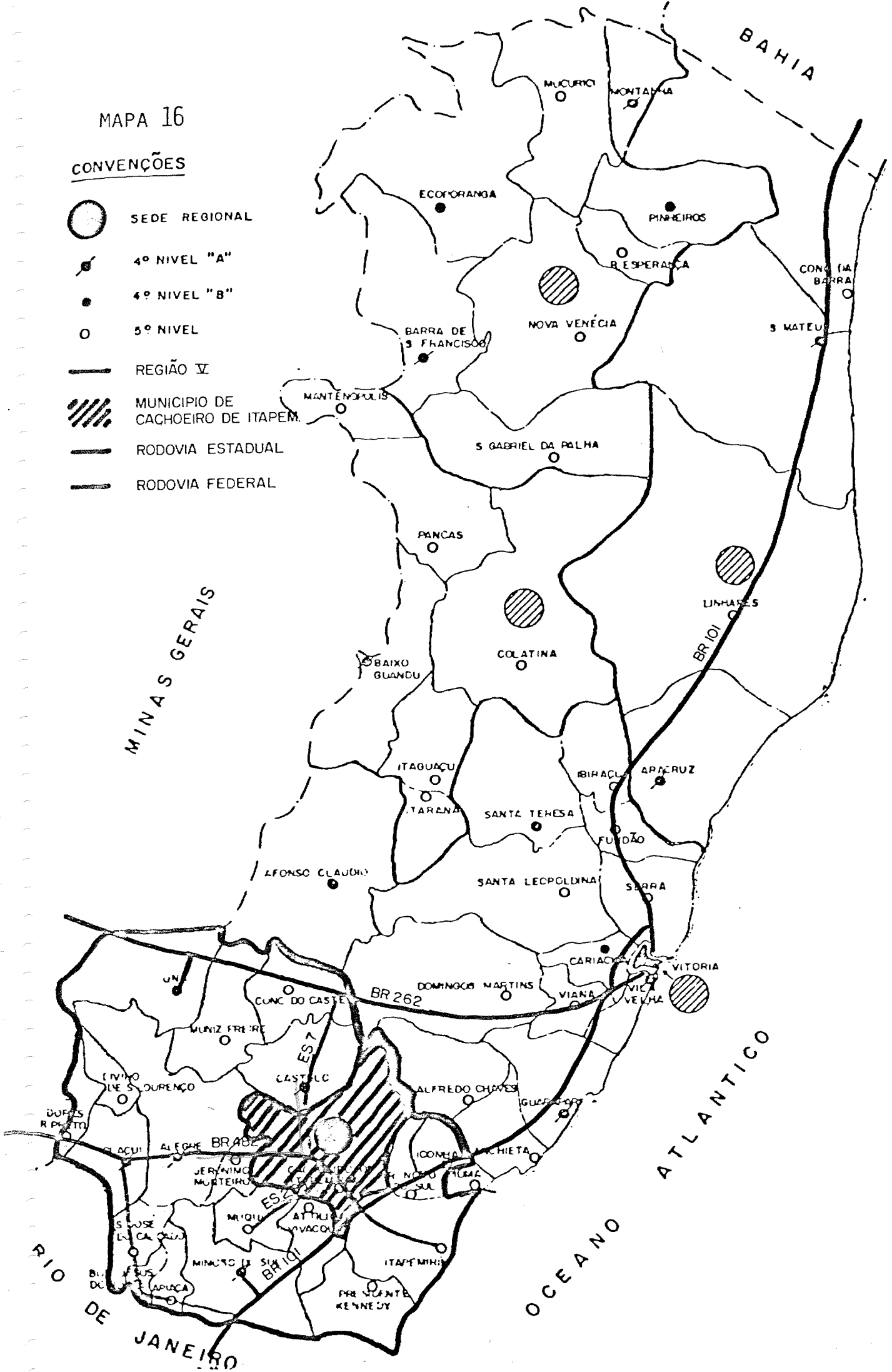
* Em 1977 não foram computados os residentes em habitações coletivas - Censo Escolar.

Não está a cidade, inserida até o momento em programa algum de caráter econômico-social, seja de âmbito nacional, regional ou estadual, pelo menos de que tenha notícia a administração municipal que, obviamente, se ache ansiosa para que tal fato aconteça.

MAPA 16

CONVENÇÕES

-  SEDE REGIONAL
-  4º NIVEL "A"
-  4º NIVEL "B"
-  5º NIVEL
-  REGIÃO V
-  MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEM.
-  RODOVIA ESTADUAL
-  RODOVIA FEDERAL



Quadro 3A

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REGIÃO	SEDE (NÍVEL)	4º NÍVEL A	4º NÍVEL B	5º NÍVEL
Região I	Vitória 1º Nível	Vila Velha Guarapari	Afonso Cláudio Cariacica Santa Tereza	Ibiraçú Fundão Serra Santa Leopoldina Domingos Martins Viana Alfredo Chaves Anchieta Piúma
Região II	Colatina 2º Nível	Baixo Guandu		Mantenópolis Pancas Itaguaçu Itarana
Região III	Nova Venécia 3º Nível	Montanha Barra de São Francisco	Pinheiro Ecoporanga	Mucurici Boa Esperança São Gabriel da Palha
Região IV	Linhares 3º Nível	São Mateus Aracruz		Conceição da Barra
Região V	Cachoeiro de Itapemirim 2º Nível	Castelo Guaçuí Alegre Mimoso do Sul	Iúna	Iconha Rio N. do Sul Itapemirim Pres. Kennedy At. Vivacqua Muqui J. Monteiro Conc. do Castelo Apiacã B. J. do Norte S. J. do Calçado Muniz Freire Divino S. Lourenço Dores do R. Preto

QUADRO 3B

POPULAÇÃO TOTAL E TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO NO ESTADO E REGIÕES

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL						TAXAS DE CRESCIMENTO %			
	1960		1970		1977		NO PERÍODO		ANUAL	
	1000 hab.	%	1000 hab.	%	1000 hab.	%	60/70	70/77	60/70	70/77
ESPÍRITO SANTO	1.418,4	100,0	1.617,8	100,0	1.704,9	100,0	+ 14,1	+ 5,4	+ 1,32	+ 0,75
REGIÕES:										
I Vitória	373,5	26,3	586,8	36,3	691,6	40,6	+ 57,1	+ 17,8	+ 4,60	+ 2,38
II Colatina	203,5	14,3	196,4	12,1	197,6	11,6	- 3,5	+ 0,6	- 0,36	+ 0,09
III Nova Venécia	297,0	21,0	251,8	15,6	212,9	12,5	- 15,2	- 15,5	- 1,70	- 2,37
IV Linhares	146,0	10,3	193,5	11,9	223,2	13,1	+ 32,6	+ 15,4	+ 2,86	+ 2,06
V Cachoeiro de Itapemirim	398,4	28,1	389,3	24,1	379,6	22,2	- 2,3	- 2,5	- 0,23	- 0,36

Fontes: *Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/70*. FJSN

/Pesquisa sócio-econômica, 1977. SEPL. - Dados preliminares

Quadro 3C

POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO ESTADO E REGIÕES

	1960				1970				1977			
	URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL	
	1000 hab.	%	1000 hab.	%	1000 hab.	%	1000 hab.	%	1000 hab.	%	1000 hab.	%
ESPÍRITO SANTO	403,4	28,4	1.015,0	71,6	734,8	45,4	883,0	54,6	899,9	52,8	805,0	47,2
REGIÕES:												
I Vitória	197,2	52,8	176,3	47,2	384,6	65,5	202,3	34,5	480,6	69,5	211,0	30,5
II Colatina	50,9	25,0	152,6	75,0	80,5	41,0	115,8	59,0	94,0	47,6	103,6	52,4
III Nova Venécia	27,5	9,3	269,5	90,7	65,5	26,0	186,3	74,0	76,0	35,7	136,9	64,3
IV Linhares	21,0	14,4	125,0	85,6	56,9	29,4	136,6	70,6	79,0	35,4	144,2	64,6
V Cachoeiro de Itap.	106,8	26,8	291,6	73,2	147,3	37,8	242,0	62,2	170,3	44,9	209,3	55,1

Fontes: *Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/70.* FJSN

Censo Escolar/Pesquisa sócio-econômica, 1977. SEPL. - Dados Preliminares

Quadro 3D

DENSIDADES POPULACIONAIS, TOTAL E RURAL NO ESTADO E POR REGIÃO (hab/Km²)

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA KM ²	POPULAÇÃO TOTAL/ÁREA			POPULAÇÃO RURAL/ÁREA		
		1960	1970	1977	1960	1970	1977
ESPÍRITO SANTO REGIÕES:	45.597	31,10	35,48	37,32	22,20	19,37	17,56
I Vitória	9.555	39,07	61,42	72,38	18,45	21,17	22,09
II Colatina	5.660	35,96	34,69	34,91	26,96	20,47	18,30
III Nova Venécia	9.469	31,36	26,59	22,48	28,45	19,68	14,46
IV Linhares	10.931	13,35	17,70	20,42	11,42	12,50	13,19
V Cachoeiro de Itapemirim	9.982	39,91	39,00	38,02	29,21	24,24	20,97

Fontes: *Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/70.* FJSN*Censo Escolar/Pesquisa sócio-econômica, 1977.* SEPL. - Dados Preliminares

Quadro 3E

ESPÍRITO SANTO - INDICADORES REGIONAIS - 1977

INDICADORES	REGIÕES					
	I	II	III	IV	V	ES
1. % da População Regional/População Estadual	40,58	11,58	12,53	12,79	22,51	100,00
2. % da População Urbana Regional/População Urbana Estadual	53,66	10,45	8,21	8,82	18,86	100,00
3. % da População Urbana Regional/População Total Regional	69,52	47,44	34,46	36,26	44,04	52,58
4. % da População Ocupada	41,00	12,10	11,51	12,35	23,04	100,00
5. Densidade Demográfica (hab/Km ²)	70,17	33,81	21,87	19,34	37,26	36,24

FONTE: Governo do Estado do Espírito Santo, SEPL/SEDU -
Censo Escolar e Pesquisa Sócio-Econômica, 1977.

4.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

4.1.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA

A população do Município de Cachoeiro de Itapemirim, de acordo com o Quadro 4B, permaneceu sem muita alteração durante duas décadas (períodos de 1940/1950 e de 1950/1960), passando por uma elevação no período de 1960 a 1970, quando a taxa de crescimento foi de 2,2%, estacionando no período de 1970 a 1977, quando a taxa foi de 0,02%.

Por outro lado, a cidade apresentou taxas significativas de crescimento no período de 1940 a 1970, e com menor relevância no período de 1970 a 1977, quando a taxa de crescimento foi de 1,4%.

A concentração urbana vem evoluindo desde 1940, tanto a nível de Município, como a nível de cidade, que apresentaram em 1977, respectivamente, o grau de concentração urbana de 70% e 65%.

Com tais indicadores, está evidenciado que a população de Cachoeiro de Itapemirim no período de 1970 a 1977, permaneceu praticamente inalterada.

Particularizando a análise referente ao período de 1960 a 1977, nota-se que a composição da população em termos de urbana e rural, sofreu uma alteração acentuada, com o esvaziamento da zona rural e o crescimento da zona urbana, o que justifica a alta taxa de concentração urbana.

QUADRO 4A

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

SETOR	1940	1950	1960	1970	1977
Urbano	20.848	26.746	42.477	64.397	71.327
Rural	41.196	44.164	39.236	37.252	30.382
Total	62.044	70.910	81.713	101.649	101.809
Distrito- U	18.812	24.021	38.573	60.129	66.137
-Sede do Município R	17.787	19.825	9.425	9.009	6.553
TOTAL	36.599	43.846	47.998	69.138	72.690

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL/FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/2000*. Vitória, FJSN, 1977.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. *Pesquisa Socio-Econômica - 1977*. Vitória, SEPL, 1977.

FIBGE. Censo Demográfico (1940/50/60/70).

QUADRO 4B

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO E DISTRITO-SEDE DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM

ESPECIFICAÇÃO	1940/50	1950/60	1960/70	1970/77
Taxa de Crescimento do Município	1,3	1,4	2,2	0,02
Taxa de Crescimento do Distrito-Sede	1,8	0,9	3,7	0,7
Taxa de Crescimento da Cidade	2,5	4,9	4,5	1,4

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL/FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/2000*. Vitória, FJSN, 1977.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. *Pesquisa Sócio-Econômica - 1977*. Vitória, SEPL, 1977.

FIBGE. Censo Demográfico (1940/50/60/70).

QUADRO 4C

GRAU DE CONCENTRAÇÃO URBANA NA CIDADE E NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESPECIFICAÇÃO	1940	1950	1960	1970	1977
Grau de Concentração Urbana do Município	0,34	0,38	0,52	0,63	0,70
Grau de Concentração Urbana da Cidade	0,30	0,34	0,47	0,59	0,65

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL/FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/2000*. Vitória, FJSN, 1977.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. *Pesquisa Sócio-Econômica - 1977*. Vitória, SEPL, 1977.

FIBGE. Censo Demográfico (1940/50/60/70).

QUADRO 4D

MOVIMENTO MIGRATÓRIO INTRA-ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM
PERÍODO: 1968-1977

MUNICÍPIOS	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO
REGIÃO I	1.487	4.937
Afonso Cláudio	104	103
Alfredo Chaves	333	154
Anchieta	53	110
Cariacica	33	1.160
Domingos Martins	216	17
Fundão	51	3
Guarapari	282	117
Ibiraçu	-	8
Piúma	-	79
Santa Leopoldina	-	7
Santa Teresa	33	12
Serra	-	62
Viana	20	212
Vila Velha	112	1.482
Vitória	250	1.411
REGIÃO II	278	172
Baixo Guandu	35	37
Colatina	130	119
Itaguaçu	91	-
Itarana	10	5
Mantenópolis	-	-
Pancas	12	11

Cont. QUADRO 4D

MUNICÍPIOS	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO
REGIÃO III	177	201
Barra de São Francisco	67	9
Boa Esperança	-	5
Ecoporanga	-	10
Montanha	-	-
Mucurici	-	-
Nova Venécia	110	42
Pinheiro	-	9
São Gabriel da Palha	-	126
REGIÃO IV	57	820
Aracruz	-	127
Conceição da Barra	-	-
Linhares	57	627
São Mateus	-	66
REGIÃO V	6.521	2.015
Alegre	1.196	62
Apiacã	21	-
Atílio Vivacqua	493	193
Bom Jesus do Norte	-	9
Cachoeiro de Itapemirim	-	-
Castelo	1.042	470
Conceição do Castelo	420	57
Divino de São Lourenço	82	-

Cont. QUADRO 4D

MUNICÍPIOS	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO
REGIÃO V		
Dores do Rio Preto	21	-
Guaçuí	53	19
Iconha	342	55
Itapemirim	303	656
Iúna	67	-
Jerônimo Monteiro	400	132
Mimoso do Sul	480	142
Muniz Freire	559	24
Muqui	509	-
Presidente Kennedy	305	77
Rio Novo do Sul	208	114
São José do Calçado	21	5
Sem Declaração	875	-
TOTAL DO ESTADO	9.395	8.145
SALDO	1.250	-

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. *Censo Escolar/*

/Pesquisa Sócio-Econômica - 1977. Vitória SEPL, 1977.

4.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

A distribuição da população economicamente ativa no distrito-sede do Município de Cachoeiro de Itapemirim, de acordo com o Quadro 4E, revela os seguintes percentuais de cada área de atividade sobre o total de mão-de-obra ocupada:

. Agropecuária	8,33
. Indústria	13,25
. Comércio	13,39
. Serviços	49,10
. Adm. Pública	11,64
. Sem declaração	4,29

Os setores primário e secundário absorvem mão-de-obra em proporção bem menor do que o setor terciário, representado pelas áreas de comércio, serviços e administração pública, ficando o primário com 8,33%, o que é normal por se tratar de dados do distrito-sede, o secundário com 13,25% e o terciário com 74,13%, se destacando a área de serviços.

No quadro 4F está evidenciado a distribuição da PEA por setores de trabalho, como também, indica a população fora do mercado de trabalho que alcança, na faixa etária de 10 a 70 e mais anos, o número de 28.336 pessoas, quase se justapondo com o total da mão-de-obra ocupada na mesma faixa etária, que soma 29.298 pessoas.

De acordo com os setores de trabalho a população economicamente ativa assim se distribui:

. Empregados	62,79%
. Autônomos/setor formal	17,72%
. Autônomos/setor informal	19,49%

Verifica-se que o maior número de pessoas fora do mercado de trabalho está na faixa etária de 15 a 39 anos, o que revela a necessidade do Poder Público se preocupar em dirigir investimentos para Cachoeiro de Itapemirim que venham aumentar o mercado de trabalho gerando empregos, evitando a migração dessa população para a aglomeração urbana de Vitória, ou para outros centros urbanos do país.

QUADRO 4E

DISTRIBUIÇÃO DA P.E.A. POR ÁREA DE ATIVIDADE E POR FAIXA ETÁRIA DO DISTRITO-SEDE DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1977

RAMOS DE FAIXAS DE IDADE \ ATIV. DE IDADE	AGROPECUÁRIA	%	INDÚSTRIA	%	COMÉRCIO	%	SERVIÇOS	%	ADM. PÚBLICA	%	SEM DECLARAÇÕES
10 a 14 anos	110	4,50	97	2,50	59	1,50	672	4,67	0	0	85
15 a 19 anos	381	15,60	687	17,70	604	15,39	2.472	17,18	113	3,31	189
20 a 29 anos	529	21,66	1.466	37,77	1.275	32,50	4.714	32,77	1.122	32,90	403
30 a 39 anos	314	12,86	751	19,35	898	22,88	2.639	18,35	933	27,35	250
40 a 49 anos	469	19,21	492	12,68	543	13,84	2.509	17,44	746	21,87	151
50 a 69 anos	611	25,02	378	9,74	527	13,43	1.293	8,99	497	14,57	177
70 e + anos	28	1,15	10	0,26	18	0,46	86	0,60	0	0	0
TOTAL	2.442	100,00	3.881	100,00	3.924	100,00	14.385	100,00	3.411	100,00	1.255

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO.
Pesquisa Sócio-Econômica - 1977. Vitória, SEPL, 1977.

QUADRO 4F

DISTRIBUIÇÃO, POR FAIXA ETÁRIA, DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E DA POPULAÇÃO FORA DO MERCADO DE TRABALHO, EM IDADE ECONOMICAMENTE ATIVA, DO DISTRITO-SEDE DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1977

POPULAÇÃO EM IDADE ECON. ATIVA	EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TERCEIROS	%	AUTÔNOMOS						ESTUDANTES/ /DOMÉSTICAS E OUTROS FORA MERC. TRABALHO	%
			SETOR FORMAL	%	SETOR INFORMAL	%	TOTAL	%		
10 a 14 anos	605	3,29	46	0,89	372	6,51	418	3,84	7.599	26,82
15 a 19 anos	3.111	16,91	221	4,26	1.114	19,51	1.335	12,27	5.083	17,94
20 a 29 anos	6.674	36,28	1.008	19,42	1.827	31,99	2.835	26,05	4.617	16,29
30 a 39 anos	3.709	20,16	1.208	23,28	868	15,20	2.076	19,08	3.063	10,81
40 a 49 anos	2.446	13,30	1.414	27,24	1.050	18,39	2.445	22,47	2.546	8,98
50 a 69 anos	1.813	9,85	1.238	23,85	432	7,56	1.670	15,34	3.981	14,05
70 e + anos	39	0,21	55	1,06	48	0,84	103	0,95	1.447	5,11
TOTAL										

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO.
Pesquisa Sócio-Econômica - 1977. Vitória, SEPL, 1977.

5.

REALIDADE URBANÍSTICA DA CIDADE

5.1.

SANEAMENTO BÁSICO

O manancial aproveitado para o abastecimento da cidade é o rio Itapemirim, caudal com vazão muitas vezes superior ao necessário para o abastecimento da população atual e futura.

A captação é realizada através de uma pequena barragem de alvenaria, localizada na Ilha da Luz, a montante da ocupação urbana atual.

O tratamento das águas é realizado também na Ilha por duas estações de tratamento: ETA antiga com capacidade de 40L/s e a ETA nova com 130L/s.

A capacidade total dos reservatórios para atendimento da população é de 7.000m³, distribuídos com 6 unidades, localizados em diversos pontos da cidade, estando prevista a construção de mais de um no bairro Zumbi.

A rede de distribuição com uma extensão de 174km e 13.570 ligações é insuficiente para atender a toda população urbana, verificando-se que cerca de 10% da mesma (Ver Mapa 6), não é beneficiada com esse serviço e que um percentual mais elevado é servido precariamente.

O sistema de esgoto constitui-se de uma rede de 99km de extensão com um total de 8.730 ligações, servindo a 63% da população (Ver Mapa 6), através das 8.730 ligações existentes. O sistema é na quase sua totalidade unitário, com os esgotos e as águas pluviais, utilizando das mesmas galerias e dutos.

Os dejetos, domésticos e industriais, são lançados no rio Itapemirim e nos córregos afluentes sem nenhum tratamento prévio, acarretando esse

procedimento a destruição da fauna aquática, incremento no índice de doenças de veiculação hídrica, além do mau-cheiro e aspecto desagradável.

Os córregos que apresentam maiores problemas são: Basiléia (Campo Leopoldina - Guandu), Monte Cristo (IBC-Valão), Zumbi (Km-90-Centro), Amarelo (São Geraldo-Baiminas), Bosque (Costa e Silva-Baiminas), Cobiça e Monte Libano (Coronel Borges), que além de depositários dos esgotos são também do lixo dos bairros, já que os percorrem a céu aberto, sofrendo um assoreamento lento que provoca algumas vezes a mudança de seu curso natural e alagamentos nos dias chuvosos.

Além dos problemas decorrentes da ausência de um verdadeiro sistema de esgotamento que obriga a utilização dos córregos como coletor dos efluentes, os mesmos se encontram em acelerado processo de obstrução, devido a dois fatores distintos:

- . assoreamento decorrentes da erosão dos inúmeros morros, desprovidos de cobertura vegetal e dos frequentes taludes, que são usuais na quase totalidade das construções da cidade. Por inexistirem normas regulamentares, utiliza-se o processo de aplinar o terreno em vez de construir sobre pilares.
- . a ocupação ao longo ou sobre estes córregos, decorrentes da carência existente de áreas planas para edificações, na atual mancha urbana, o que diminuiu em muito a capacidade de vaso.

Os sistemas de abastecimento de água potável e coletor de esgotos sanitários são de competência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, autarquia municipal, com administração delegada à Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pública do Ministério da Saúde.

5.2.

SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA

Quanto à limpeza pública, de um modo geral, pode-se afirmar que a mesma se apresenta muito aquém dos níveis mínimos satisfatórios para o bem estar e a saúde da população.

Além da limitação dos recursos técnicos e financeiros da municipalidade, a existência de inúmeros logradouros inacessíveis à veículos de tração motora e mesmo de carrinhos de mão, dificulta em muito a execução, a implantação de um sistema eficiente de limpeza pública.

A coleta de lixo domiciliar é precaríssima, dispendo a Prefeitura de somente três veículos para atender a este serviço e ao de variação e capina. Destes três veículos, dois são basculantes e um compactador. Este último com grande capacidade de acumulação, torna-se inoperante no atendimento de inúmeros logradouros, cujas dimensões são incompatíveis com o tamanho do veículo. Inúmeras ruas, devido às suas declividades acentuadas, em alguns casos, e a precariedade de seus leitos, em outros são intransitáveis para veículos pesados e mesmo para veículos de tração animal ou humana.

Como consequência destes problemas, é muito comum a deposição de lixo domiciliar - mesmo em logradouros servidos por coleta - ao longo dos córregos, terrenos baldios e mesmo no rio Itapemirim, dando origem a problemas de ordem sanitária, estética e no escoamento de águas pluviais e efluentes domésticos.

Quanto ao serviço de varrição, o mesmo sô é sistemático na área central da cidade. Nos bairros, o serviço é deficiente e em muitos deles inexistente. Este serviço tem sua precariedade agravada nos meses chuvosos do ano, quando o pessoal é deslocado para o recolhimento de terra que desce dos morros, tornando algumas vias das áreas mais planas praticamente intransitáveis. O desabamento de encostas, nas chuvas mais intensas, agravam substancialmente o problema.

A deposição final do lixo recolhido, é feita a céu aberto no local denominado Morro do Lixo, nas proximidades do bairro Coronel Borges, situado no lado esquerdo do rio e a jusante da cidade.

5.3.

ENERGIA

No que toca a infraestrutura de abastecimento de energia elétrica e ao serviço de iluminação pública, a cidade apresenta carências distintas. Existem alguns bairros - loteamentos recentes em processo de ocupação - que não são dotados de energia elétrica e alguns bairros mais antigos, dotados de energia, mas que não possui iluminação pública nas vias.

A concessionária deste serviço é a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - ESCELSA, empresa de economia mista, pertencente ao Sistema da Eletrobrás. Não existe carência de abastecimento de força, pois a rede local está interligada ao sistema energético do Estado e da Região Sudeste.

5.4.

TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

Cachoeiro de Itapemirim, pólo de desenvolvimento e passagem obrigatória da produção de uma vasta região, tem seu centro sobrecarregado, como reflexo de um crescimento espontâneo e absolutamente carente de planejamento, caracterizado pela concentração das atividades comerciais, varejistas e atacadistas, e, também, de prestações de serviços.

Seu sistema viário apresenta 2 (dois) eixos principais paralelos ao rio, para onde convergem as vias de acesso aos demais bairros, mostrando, de imediato, a direção em que se dá o processo de expansão urbana da cidade.

O eixo do lado direito, formado pelas ruas Bernardo Horta, Capitão Deslandes, 25 de Março, Dr. Deolindo e Amâncio Silva, apresenta seu maior volume de tráfego no trecho compreendido entre o entrocamento da Av. Jones dos Santos Neves com a rua Bernardo Horta e a ponte Fernando de Abreu.

O maior volume de tráfego neste eixo é decorrente da concentração de atividades comerciais e de prestação de serviços, conseqüente área de oferta de empregos, fazendo com que seja um trecho amplamente servido por transporte coletivo. Por ali trafegam todas as 27 linhas de ônibus, ocorrendo, também, o maior fluxo de automóveis.

Fica evidenciado assim, um congestionamento de trânsito nesta área, já que as vias são estreitas e não apresentam pistas especiais para coletivos, havendo, inclusive, parte do trecho com mão de direção nos dois sentidos.

O que contribui para o agravamento da situação neste trecho é que se encontram ali localizados um terminal ferroviário e também grande número de estabelecimentos de comércio atacadista.

Esta concorrência entre transporte pesado, transporte coletivo, automóveis e linha férrea ocasionam um caos no fluxo da zona central da cidade.

Na margem esquerda, o eixo principal é composto pela rua Samuel Levi, Av. Pinheiro Júnior e pelas ruas Moreira, Coronel Borges e São Bento, sendo que as duas primeiras apresentam maior intensidade de tráfego. Essa utilização intensiva pelo tráfego urbano, é devido ao fato de que nestas duas vias é que está implantado o núcleo comercial do Aquidabã, e também por servirem de acesso, aos bairros mais densos da parte da cidade situada do lado esquerdo do rio.

Sobrepondo as tráfego local, ocorre intenso tráfego de passagem pela área central, dando escoamento à produção de mármore, cimento e de produtos agrícolas do leste do Município que utilizam veículos normalmente com tonelagem incompatível com a estrutura viária, dimensionada para um tráfego mais leve.

Existem previsões no Plano Trienal de Transportes Municipal 79/81, de obras que aliviariam parte dos problemas existentes no sistema viário da cidade.

Como medidas prioritárias para a melhoria do tráfego urbano da cidade acha-se em processo de consolidação o Anel Viário (Ver Mapa 7), do lado direito, formado pela BR-482, na sua parte urbana, rodovia do Valão a partir da BR-482, rua Bernardo Horta, Av. Beira-Rio, rua 25 de Março, Deolindo, Amâncio Silva, Ludário Fonseca e Av. Newton Braga, ligando esta última de novo à BR-482, na saída para Vitória e Rio de Janeiro. A situação de divisor trechos do Anel Viário, assim se apresenta.

- RODOVIA DO VALÃO

Proporcionará escoamento ao grande volume, e sempre crescente, de tráfego na direção dos Municípios de Castelo, Alegre e Guaçuí e do Estado de Minas Gerais, descongestionando, por conseguinte, a BR-482 no seu trecho urbano.

Além do escoamento do tráfego de saída da cidade, servirá à grande área de expansão urbana, onde estão localizados os núcleos residenciais do INOCOOP-ES e COHAB-ES e, sobretudo o parque industrial de beneficiamento de mármore e granito que está se consolidando na região do Trevo (BR-482, E-281).

- AVENIDA BEIRA-RIO

Obra em final de conclusão, oriunda de aterro da margem direita do rio Itapemirim, que possibilitou sensíveis melhorias no tráfego urbano do centro da cidade.

- AVENIDA NEWTON BRAGA

Possibilitará o acesso mais rápido para a BR-101, através da BR-482 atuando como alternativa de penetração na malha urbana, descongestionando a Av. Lacerda de Aguiar, que atualmente comporta o maior fluxo de entrada e saída na cidade.

- BR-482 (PARTE URBANA)

Trecho este, em que a administração encontra-se a cargo do DER-ES, vem necessitando de melhoria na pavimentação, que apresenta constantemente grandes buracos nas suas pistas de rolamento e, também, nas margens,

pois a mesma não tem acostamentos, ocasionando uma total insegurança aos usuários, tanto particular como também, e, principalmente, ao de transportes coletivos. Existe também um grande número de pedestres e ciclistas utilizando esta via devido a grandes assentamentos habitacionais situados ao longo da mesma. Esta via, é atualmente a única que dá acesso à área de expansão que se verifica na região do Trevo (BR-482 e ES-289).

- OUTRAS OBRAS DO PLANO TRIENAL DE TRANSPORTES

Recobrimento asfáltico sobre papalelepípedo das ruas:

- . Samuel Levi, Moreira, Coronel Borges e São Bento, que além de proporcionar melhoria ao escoamento do tráfego local, facilitarã, através da ponte Francisco Alves de Athayde, o acesso a nova Av. Newton Braga evitando a utilização do centro para atingí-la.
- . Bernardo Horta - via de grande movimentação necessária a complementação do Anel Rodoviário.
- . Etelvina Vivacqua - justifica-se a sua melhoria por ser o principal acesso aos bairros Zumbi e Nova Brasília, que se caracterizam como bairros de alta densidade e baixa renda, fatores que aliados demandam uma grande utilização de transporte coletivo.
- . Jerônimo Ribeiro - principal via de acesso aos bairros de Amarelo, União, São Geraldo e Paraíso, com predominância de uso por transporte coletivo.
- . Nossa Senhora da Consolação - facilitarã o acesso à BR-482, para o tráfego originado pelo escoamento da produção de cimento - 60.000 sacas diárias - e da indústria extrativa de mármore e granito, desviando-o da zona central e fortalecendo a utilização do Anel Rodoviário. Estes produtos utilizam veículos de grande tonelagem e dimensões e causam por isso, problemas cotidianos ao tráfego e às vias urbanas.

Outra via importante para a circulação viária urbana é a Av. Carly Levy Ramos e seu prolongamento. Esta, liga a cabeceira da ponte da Ilha da Luz à rodovia estadual (leito de terra), que dá acesso à cidade aos veículos oriundos dos distritos que constituem a região produtora de mármore.

Esta via urbana em fase inicial de pavimentação, contribuirá para a retirada de grande parte do tráfego de caminhões pesados do centro da cidade.

5.5. ...

TRANSPORTE COLETIVO

O sistema de transporte coletivo é composto de linhas circulares, complementados por outras longitudinais (Ver Quadro 5A e Mapa 8), conseguindo assim, servir toda área urbana, sendo todas as ligações de bairro-bairro, com passagem obrigatória pelo centro.

As 27 linhas que compõem o sistema, são exploradas por uma única empresa, por concessão da Prefeitura Municipal, possuindo uma frota de 58 carros, em regular estado de conservação, sendo minoritário o número com mais de 10 anos de utilização.

Esta frota atual é insuficiente devido a extensão das linhas, acarretando grandes intervalos de partida e, também ao grande volume da população a ser atendido, fazendo que os ônibus trafeguem sempre com lotações superiores ao concebível.

São transportados, por dia, 48.000 passageiros, sendo que, em apenas 4 linhas que servem ao bairro BNH, situado no Trevo, o volume total diário de passageiros é de 10.000, nos dois sentidos.

No horário pico, considerado das 5 às 7 e das 17 às 19hs, são transportados uma média diária de 20.000 passageiros.

Considerando que no percurso das 27 linhas a passagem pelo centro é um fator constante, fica evidenciado o volume de tráfego das principais vias do eixo viário direito: Av. Jones dos Santos Neves, Bernardo Horta, Capitão Deslandes e 25 de Março.

Apesar das linhas servirem a quase 85% da população, em muitos bairros o atendimento é deficiente, dada a localização dos mesmos em encostas in

gremes, com vias não pavimentadas, impossibilitando o acesso dos coletivos aos topos dos morros.

Em tais localidades, os coletivos chegam apenas na parte baixa, forçando o usuário a longas caminhadas até o ponto de ônibus. Esta situação é agravada, devido ao fato de serem bairros que apresentam alta densidade e sua população de baixa renda, o que acarreta uma maior demanda pela utilização de transportes coletivos.

As condições das vias apresentam o seguinte quadro: 10% vias asfaltadas, 50% com pavimentação em paralelepípedos e, 40% em solo batido.

O desconforto dos passageiros é acrescido pela falta de terminais e o número mínimo de abrigos públicos nos pontos, dado ao número das linhas e as extensões das mesmas. Os quatro abrigos existentes estão assim distribuídos:

- . BR-482 - Km-90
- . Praça Jerônimo Monteiro
- . Av. Beira-Rio, na altura do terminal ferroviário
- . Hospital infantil, perto da Lacerda de Aguiar

No Plano Trienal de Transporte, prevê-se a implantação de dois terminais de transporte coletivo urbano; um no bairro Coronel Borges e outro no Aeroporto (bairro São Felipe) e vários abrigos públicos ao longo da rede viária.

QUADRO 5A

CIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

TRANSPORTE COLETIVO

Nº	ORIGEM/DESTINO	EXTENSÃO (KM)	Nº DE ÔNIBUS	INTERVALO (FREQUÊNCIA) (MIN)
1	Alto Novo Parque - Ilha da Luz - Vila Rica	13,5	1*	30
2	Ilha da Luz - Coronel Borges - Baiminas - Aquidabã	18,5	2	40
3	Coronel Borges - Baiminas - Estação Rodoviária	18,5	2	30
4	Estação Rodoviária - (Via Nova Brasília) - Centro	15,5	1	30
5	Estação Rodoviária - Ilha da Luz - Vila Rica	14,4	1	30
6	Aeroporto - Gavião - Independência	23,0	1	60
7	Valão - Independência	14,0	2	30
8	Ilha da Luz - União	19,5	2*	30
9	Novo Parque - Paraíso	15,5	1*	90
10	Ilha da Luz - São Geraldo	26,0	2	60
11	Nova Brasília - Coronel Borges	12,5	2	30
12	Santo Antônio - N.S. da Penha	13,0	1	60
13	Othon Marins - N.S. da Penha	17,5	1	60
14	Baiminas - Bela Vista	15,4	2	60
15	IBC - Independência	16,5	1	60
16	IBC - Costa e Silva	17,0	1	60
17	IBC - Aquidabã	18,0	2	60
18	Novo Parque - Morro do Amaral	13,5	1	60
19	Aeroporto - Trevo (BR-101)	44,0	2	120
20	BNH - Aquidabã	19,5	3	20
21	BNH - Amarelo	19,5	1	60
22	BNH - Independência	18,5	1*	60
23	BNH - Amarelo (via Estação Rodoviária)	19,5	1	60
24	Vila Rica - São Luiz Gonzaga	9,0	2	90
25	IBC - Amarelo	18,5	2	60
26	São Geraldo - Nova Brasília	17,5	1	90
27	União - Ferroviário	19,5	1	120

Fonte: Flecha Branca - Jan/80

*As linhas de número 1 e 9 são servidas por mais de um carro no horário pico e a linha número 8 por mais 2 carros.

5.6.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

O único trecho da linha férrea utilizado para transporte coletivo é o que liga o centro da cidade à fábrica de cimento, localizada em Monte Líbano a alguns quilômetros do centro. ←

Esse transporte é feito em trem pertencente à fábrica, utilizando ramal da RFFSA, com apenas dois horários, às 5 horas, sentido Centro-Fábrica e às 19 horas no sentido contrário. ←

Esse modo de transporte deveria ser melhor analisado, pois contando a cidade com ramais estendidos por algumas áreas urbanas, pode se colocar como opção viável para transporte coletivo a médio prazo.

5.7. EQUIPAMENTOS URBANOS DIVERSOS

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim, analisada em seu conjunto, ressen^{te}-se de palpáveis deficiências no que se relaciona com seus equipamen^{to}s urbanos indispensáveis, necessitando de praças e áreas verdes, vias mais amplas e locais para estacionamento. Em resumo, de um remanejamen^{to} total, com regulamentação dos usos dos espaços físicos, definindo-se melhor sua estrutura urbana, de modo a permitir a localização adequada dos equipamentos comunitários. Tal remanejamento deverá obedecer, en^{ta}retanto, a uma certa ordem de prioridades, propiciando a dinamização do processo dos desenvolvimentos da cidade.

Na cidade existem, entre outros, os seguintes equipamentos:

. Prefeitura

Instalada em prédio próprio, na rua 25 de Março, apresenta aspecto cons^{tr}utivo de bom acabamento. Sua área de ocupação é insuficiente para as exigências atuais dos trabalhos de administração, devendo ser trans^{fe}rida a médio prazo para outro local, onde serão locados os diversos se^{to}res, buscando maior funcionalidade e melhor distribuição dos órgã^os en^{ca}regados da administração municipal.

. Forum

Instalado em prédio próprio, na rua Barão de Itapemirim, seu estado de conservação é bom, sendo sua construção recente. A Biblioteca Municipal está ali sediada. O prédio é relativamente novo e a construção é de excelente qualidade.

. Delegacia

Prédio pertencente à Secretaria de Segurança do Estado, em razoável esta^{do}

do de conservação, localizando-se na rua Monte Cristo, bairro Independência, no lado esquerdo do rio.

. *Cemitério*

Sua capacidade está saturada e será difícil executar a ampliação no mesmo local, posto que a topografia não apresenta condições favoráveis. Mesmo assim, já foi adquirida uma pequena área de ampliação, o que não veio resolver, porém atenuar o problema.

Localizado na rua Moreira, junto ao Liceu Muniz Freite, é administrado pela Prefeitura Municipal. Existe outro localizado em região próxima ao aeroporto, porém atende somente à população do seu entorno.

. *Mercado*

Existem três mercados, sendo dois municipais (em uso), e um particular (semi-fechado). Os que pertencem à Prefeitura têm, ambos, área aproximada de 800m². O que está localizado na rua Bernardo Horta, tem aproximadamente 60 boxes, e suas instalações são mais recentes. O outro localiza-se na rua Costa Pereira e funciona a título precário, pois suas instalações datam aproximadamente de 48 anos atrás. O mercado particular, localizado na rua Rui Barbosa, atualmente não funcionando como tal, pois entendia-se que o mesmo seria utilizado quando o antigo mercado da Prefeitura deixasse de funcionar, havendo assim, a permuta dos boxes.

Isto não ocorreu por três razões:

- . o prédio do antigo mercado não podia mudar sua finalidade, porquanto o terreno foi doado e a condição de sua utilização estava vinculada em escritura.
- . o prédio novo construído para ser mercado não ofereceu condições climáticas para exercer a função a que foi destinado. O calor intenso prejudicava a preservação dos legumes, verduras e frutas.
- . por tradição: a população não aceitou o deslocamento do local de abastecimento diário e reagiu à mudança.

Contudo, estudos futuros terão que ser efetuados a fim de se estabelecer outra possível localização, baseada em viabilidades técnicas.

. *Matadouros*

Suas instalações e condições higiênicas são precárias, sendo o gado abatido (bois, carneiros, cabras etc), por métodos rudimentares. Toda a demanda é suprida por este matadouro, que é administrado pela Prefeitura. Está localizado na rua Deolindo, bairro de Baiminas.

. *Corpo de Bombeiros*

Vinculado à Secretaria de Segurança do Estado, funcionando com apenas um carro em ótimas condições. Está sediado no prédio da 2.^a Cia. de Polícia Militar.

. *Rodoviária*

Localiza-se na Av. Lacerda de Aguiar, em prédio de construção recente, dispondo de ótimas instalações. Sua situação privilegiada permite a livre entrada e saída dos ônibus, sem cortar a zona de tráfego intenso, e o fácil acesso ao público itinerante.

5.7.1. EQUIPAMENTOS DE LAZER, CULTURA E ESPORTES

É insuficiente o número de praças, áreas de lazer e equipamentos de recreação, e são localizadas, principalmente, na zona central (Ver Mapa 9). A carência é evidente nos bairros mais periféricos e de baixa renda. Co áreas de lazer para população citam-se:

- . Praça Elisio Imperial - Aquidabã
- . Praça Jerônimo Monteiro - Centro
- . Praça da Beira-Rio - Centro
- . Praça Dr. Luiz Tinoco - Centro (transformada em posto de gasolina)
- . Praça Bairro Independência
- . Parque de Exposição - Independência

- . Área de Lazer da Ilha da Luz - com implantação paralisada.
- . Praça Baiminas - Baiminas
- . Praça Coronel Borges - Coronel Borges

Quanto às praças de esportes, a situação é pouco satisfatória, sendo que os dois maiores estádios de futebol da cidade estão em péssimo estado de conservação, o qual foi agravado com os desmoronamentos de encostas ocorridos durante as chuvas do verão de 1979. Existe na cidade somente um ginásio de esportes coberto, o Nelo Borelli, localizado no bairro Nova Brasília.

Já na área de cultura/recreação, funcionam na cidade três cinemas e não existe auditório dotado de palco para apresentações teatrais, exceto um salão improvisado, de propriedade da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim, que está em ampliação.

De um modo geral, o quadro de lazer/cultura/recreação é sombrio não ha vendo possibilidade de melhorá-lo a curto prazo, inclusive devido a inexistência de área para implantação destes equipamentos.

QUADRO 5B

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	CAPACIDADE	LOCALIZAÇÃO (BAIRRO)
Cinema	03	2.500	Centro
Teatro	-	-	-
Auditório	09	2.200	Div. bairros
Biblioteca	07	39.309 vol.	Div. bairros
Centro Esportivo	03	27.000	Div. bairros
Estação Emissora ou Repetidora de Rádio	02	-	Centro
Estação Emissora ou Repetidora de TV	02	-	-
Livraria	04	-	Centro
Jornal	06	Diário/sem.	-
Jornais recebidos	10	-	-
Unidade de Ensino de 3º Grau (Superior)	03	1.513 matr.	Div. bairros
Escola Profissional	09	5.065	Div. bairros
Centro Social Urbano (CSU)	01	800m ² - área construída	Trevo
Associações de bairros	12	-	Div. bairros
Sindicato	08	-	Div. bairros

Fonte: Prefeitura Municipal - Janeiro/80

6.

CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS
HABITACIONAIS POR BAIRRO

Com respeito a situação habitacional, a zona urbana apresenta diferenças sensíveis acentuadas nos últimos 10 anos. Embora não havendo formações de núcleos de baixa condições de habitabilidade - favelas -, nota-se que inicia-se um processo de ocupação, em alguns loteamentos recentes, por unidades residenciais com características próximas à de sub-habitação. Estas formações recentes (Ver mapa 14), (Zumbi, Alto Novo Parque, Valão, Nova Brasília, São Luiz Gonzaga, Nossa Senhora de Fátima, Maria Grande, Costa e Silva, Nossa Senhora da Penha, Km-90, Café Guandú, Vila Rica, União, Caiçara, São Geraldo, Monte Cristo e Alto Sumaré), localizam-se algumas delas, em encostas íngremes, com inclinação superior a 30%, o que ocasiona dificuldades de acessos, de saneamento básico e força a municipalidade a construir muros de arrimos, como meio de prevenir desmoronamentos. Outra consequência indesejável desses assentamentos, é a devastação dessas encostas, o que dá origem a sérios problemas de erosão e consequente assoreamento dos córregos e galerias de águas pluviais.

Estes bairros apresentam ainda, deficiências marcantes no que toca a equipamentos comunitários, tendo como resultado, uma polarização crescente para o centro da cidade, em termos de comércio, áreas de lazer e serviços.

As habitações populares apresentam uma certa uniformidade quanto ao material e técnica de construção. São em quase sua totalidade de alvenaria, diferindo quanto a dimensão e implantação. Nota-se que densidades altas, de habitação popular, como acontecem nos bairros Zumbi, Alto Novo Parque, Nossa Senhora da Penha, Nova Brasília, Maria Grande e Vila Rica tornam precário o atendimento por parte da rede de infra-estrutura e dos serviços públicos. Em alguns desses bairros, mesmo servidos por água e esgoto, a população não utiliza estes serviços por não ter condições de pagar a taxa de ligação.

Os acessos aos núcleos situados nas encostas mais íngremes, são de difícil utilização pela população, e não podem ser usados por linhas de

transporte coletivo. Apresentam-se mais deficientes quanto a esses aspectos, os bairros Zumbi, Maria Grande, Caiçara, Monte Cristo, Alto Sumaré e Nossa Senhora de Fátima.

Os moradores dos bairros relacionados, tem como principais locais de trabalho, o centro de comércio e prestação de serviços - 25 de Março, Capitão Deslandes e Bernardo Horta -, o corredor que vai do entrocamento da Avenida Jones dos Santos Neves e Avenida Aristides Campos até o Trevo, onde é maior a oferta de empregos no setor industrial.

Existem indústrias esparsas, onde a oferta de empregos é significativa: Nassau, na localidade de Monte Líbano, Itapoã, próximo ao centro, Nil do Ultramar, próximo ao bairro União e Cooperativa de Laticínios, próximo ao centro. Nos bairros de Coronel Borges e Baiminas, encontram-se aglomerações de serrarias e cerâmicas.

Com base nas observações anteriores, podemos definir áreas convenientes à ocupação de núcleos de baixa renda, levando-se em conta o fato de não ocuparem encostas íngremes, áreas inundáveis ou localizadas distantes dos locais de trabalhos.

Os vazios urbanos próximos ao centro de comércio e serviços, localizados no entorno dos bairros de Baiminas, Alto Novo Parque, Independência e São Luiz Gonzaga, possibilitam assentamentos habitacionais de baixa renda, para populações que trabalham no setor terciário.

Observamos que, a área compreendida entre o córrego dos Monos e do Monte Cristo, viabiliza a implantação de assentamentos habitacionais de baixa renda, que iriam atender aos trabalhadores das fábricas localizadas na região do Trevo (entrocamento da BR-482 e ES-289), onde verifica-se um processo de concentração industrial.

É nestas áreas - região do Trevo e do Monte Cristo - com melhores características topográficas para ocupação urbana, que se localiza a quase

totalidade dos conjuntos habitacionais existentes ou programados. Ali já foram implantados três conjuntos, IBC e Conjunto Residencial BNH, construídos pela COHAB-ES e um, por iniciativa do INOCOOP-ES. Nas proximidades do Aeroporto, no bairro Campo de São Felipe, acha-se em construção em conjunto habitacional de Cooperativa orientada pelo INOCOOP-ES. (Ver Mapa 11).

Os bairros implantados em locais inundáveis pelo rio Itapemirim, União (parte baixa), Coronel Borges, Baiminas, Café Guandú, Aquidabã e, mesmo o centro, constituem-se um problema bastante significativo, já que nos períodos de cheia, obrigam os moradores a abandonarem suas casas e/ou a paralização de atividades comerciais e prestação de serviços no centro. Simultaneamente às inundações, ocorrem desmoronamento de encostas, resultado da intermitência de chuvas.

Ver no anexo de mapas os detalhes de nºs 12a a 12J, na escala 1:4.000, que delimitam os bairros mais problemáticos, quanto aos aspectos relativos aos assentamentos habitacionais: Km 90, Zumbi, Nova Brasília, Novo Parque, Costa e Silva, Nossa Senhora da Penha, União, Valão, Caiçaras e Maria Grande.

QUADRO 6A

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

INFRA-ESTRUTURA - NIVEL DE CARÊNCIA DOS BAIRROS

BAIRROS	PAVIMENTAÇÃO	ÁGUA	ESGOTO	ILUMINAÇÃO	
				PÚBLICA	PARTICULAR
São Luiz Gonzaga	A*	C	A	B	A
N.S. de Fátima	A	C	C	B	B
Maria Grande	A	A	A	A	A
Costa e Silva	A	C	C	B	B
Nova Brasília	C***	C	B	B	B
Zumbi	A	A	A	A	A
N.S. da Penha	A	C	A	A	A
Km-90	B**	C	B	B	B
Valão	A	C	C	B	B
Cafê Guandú	A	C	A	A	A
Vila Rica	B	C	A	C	C
Novo Parque	B	C	A	C	C
União	B	B	A	A	B
Caiçara	A	C	A	B	B
São Geraldo	A	C	C	A	A
Monte Cristo	A	C	A	A	A
Alto Sumaré	B	C	C	A	A

Fontes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Serviço Autônomo de Água e Esgoto - PMCI. Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - ESCELSA.

*A - alta carência

**B - média carência

***C - baixa carência

QUADRO 6B

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
CONJUNTOS HABITACIONAIS*IMPLANTADOS*

Monte Cristo	COHAB	172 unidades
Luiz Tinoco	COHAB	419 unidades
Waldir Amorim	INOCOOP	254 unidades

EM IMPLANTAÇÃO

Cachoeira Grande	INOCOOP	128 unidades
Aeroporto	INOCOOP	191 unidades

PROGRAMADOS - 1982

Localização não definida	INOCOOP	200 unidades
Localização não definida	COHAB	600 unidades

LOTES URBANIZADOS - 1980/1981

Localização não definida	COHAB	500 unidades
--------------------------	-------	--------------

QUADRO 6C

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

INSCRIÇÕES, POR FAIXA DE RENDA, PARA PROGRAMAS HABITACIONAIS DA COHAB

FAIXA DE RENDA (UPC's)	Nº DE FAMÍLIAS INSCRITAS	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL A SER CONSTR.
200	231	43,10
200 a 330	154	28,73
330 a 410	49	4,14
410 a 500	88	16,42
acima de 500	14	1,6

Fonte: COHAB

7. EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DE EXPANSÃO DO USO DO SOLO

7.1.

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO

Atuando como ponto de troca de mercadorias vindas por via fluvial, da Vila do Itapemirim, situada na barra do rio do mesmo nome, e em lombo de burro, do interior de Minas Gerais, o Porto Samuel, instalado em anos anteriores a 1850, na margem esquerda do rio, criou ao seu redor um núcleo habitacional a partir do qual se desenvolveu a cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Numa primeira fase, que podemos delimitar entre os anos 1850 e 1900, consolidou-se a Cidade como ponto de troca, de mercadorias e de prestação de serviços para todo o Vale do Itapemirim, cuja ocupação havia sido acelerada com a expansão da lavoura cafeeira. A partir daí, a expansão da Cidade pode ser avaliada através das seguintes fases (ver Mapa 13):

a) 1900-1930: com a implantação, no final do século, da estrada de ferro, inicia-se uma ocupação ao longo da mesma e o terminal instalado na margem direita induz à sua ocupação, que é fortalecida após a construção da ponte municipal. Assim, a cidade passa a desenvolver na margem ^{direita} esquerda do rio, dando origem aos atuais bairros Baiminas, Centro e Guandu.

Mais para o final deste período, com a construção de uma ponte, na altura da Ilha da Luz, a montante do centro, deu-se início à ocupação do atual Bairro de Aquidabã, na margem esquerda;

b) 1930-1960: nesta fase, dá-se a consolidação dos bairros Aquidabã e Baiminas e, facilitados pela abertura da Avenida Jones dos Santos Neves e outras vias, começam a se formar novos núcleos que, abandonando a faixa ribeirinha, dão origem aos atuais bairros periféricos de Amarelo, Maria Ortiz, Santo Antônio, Recanto e Basílio Pimenta, na margem direita, e os de Exposição e Independência, na margem esquerda.

Isolado do núcleo principal, inicia-se a ocupação do Bairro de São Felipe, situado nas proximidades do aeroporto, instalado na década de 50;

c) 1960-1980: a mancha urbana toma, agora, novas direções, abandonando as margens do rio, passa a se interiorizar, ora subindo os morros com bairros contíguos aos periféricos, originados na fase anterior, ora se estendendo ao longo da BR 482.

Neste período, surgiram os seguintes bairros:

- os bairros de Teotônio Machado, Nossa Senhora da Penha, Novo Parque, São Luiz Gonzaga, nos morros situados no lado esquerdo;
- os bairros São Geraldo, Paraíso, Othon Marins, Nova Brasília, Zumbi, Km 90, Caiçara, Vila Rica, nos morros situados no lado direito do rio e ao longo da BR 482, no trecho que margeia o núcleo central.

Estas tendências de expansão da cidade, sobre os morros contíguos à área central mais densa, encontrou obstáculos nas encostas com declives excessivamente acentuados. Em função disso, a cidade apresenta, hoje, três tendências de expansão:

- a) uma, ao longo da BR 482, no trecho que dá acesso a BR 101. Esta tendência não é forte, devido principalmente a inexistência de áreas propícias à urbanização. Neste trecho, encontra-se em processo de consolidação o Bairro União;
- b) outra, nas margens do Rio Itapemirim, a montante da cidade. Esta tendência de expansão tende a ser fortalecida, principalmente nos morros e vales localizados a direita do rio, devido às características topográficas um pouco favorável e ao anel viário direito da cidade, em processo de implantação;
- c) a tendência de expansão mais forte verifica-se na direção noroeste, ao longo da BR 482 (Cachoeiro-Alegre-Minas Gerais), e da ferrovia Cachoeiro-Campos, vias que, num trecho inicial, correm paralelas, através de um vale estreito. Esta expansão, praticamente, já transpassou as encostas ocupáveis deste vale e se faz marcante nas áreas planas drenadas pelo Córrego dos Monos e seus afluentes. Estas áreas, que apresentam o melhor sítio para ocupação urbana, no entorno da atual mancha da cidade, têm sido eleitas para a maioria dos empreendimentos habitacionais, de caráter popular (faixa INOCOOP e COHAB).

Além dos conjuntos habitacionais e dos loteamentos que começam a surgir, é nesta área, ao longo da BR 482 e da ferrovia Cachoeiro-Campos, que se verifica a localização mais recente de indústrias.

A municipalidade tem procurado, recentemente, viabilizar a ocupação desta área, tendo ali alocado, entre outros, os seguintes empreendimentos:

- a) implantação do *Campus Universitário* nas proximidades do aeroporto em Campo de São Felipe;
- b) implantação do anel rodoviário norte, constituído pelas seguintes vias : Guandu-Valão, Valão-Conjunto BNH (BR 482). Estas vias, com alguns trechos já em pavimentação, juntamente com a BR 482 - se transformada em via de características urbanas (acostamento, meio-fio e calçada) - poderão induzir marcantes mudanças na fisionomia da mancha urbana da cidade.

7.2.

USO DO SOLO ATUAL

A faixa compreendida ao longo das vias paralelas à margem direita do rio - Bernardo Horta, Capitão Deslandes e 25 de Março - é caracterizada por um misto - comércio, serviços e residência - com predominância do uso comercial (ver Mapa 14). Verifica-se, no entanto, características bastantes distintas, ao longo do trecho, se levarmos em conta que na 25 de Março e Capitão Deslandes, o comércio, serviços e residência são de alto nível e, a partir do terminal ferroviário até a Praça Anísio Ramos, notamos a ocorrência de comércio atacadista, simultaneamente à residência de nível médio. A presença do terminal ferroviário e da linha no leito da rua, somada ao estacionamento de caminhões dos armazéns e mercados, determina uma faixa de conflito no tráfego e conseqüente desvalorização residencial da área. Estes fatos agem como barreiras à expansão do corredor de comércio de melhor padrão, verificado até aquele ponto.

Em decorrência desses fatos, verifica-se a presença de uma faixa de transição que, paralela à linha de adensamento comercial, avança em tentáculos na direção dos bairros residenciais contíguos, substituindo gradativamente as antigas habitações por serviços e comércio. Esta faixa, no sentido do Bairro Amarelo, expande-se sensivelmente e, não encontrando obstáculos na faixa ribeirinha, integra-se a ela e desenvolve-se de modo efetivo. Inicia-se, também, um processo de interiorização através de corredores, que seguindo em direção aos bairros de alta e média renda pela Rua Rui Barbosa.

Simultaneamente, no lado esquerdo do rio, começa a delinear-se, no Bairro de Aquidabã, um adensamento que, ainda com características de centro de bairro, alonga-se inicialmente pela Samuel Levi, e interioriza-se através da Alziro Viana, apresentando semelhança com o que ocorre no lado direito do rio. Em alguns bairros, identificamos núcleos de comércio e serviços, como no caso dos bairros Maria Ortiz, Baiminas, Coronel Borges, Paraíso, na altura do cruzamento da BR 482 com a Jerônimo Ribeiro, nos bairros IBC e In dependência.

Contíguo ao principal adensamento comercial - Capitão Deslandes, 25 de Março e Bernardes Horta - e ocupando o morro de São João, identificamos as habitações de padrão mais elevado e que se interioriza em tentáculo, ocupando o morro do Machado e os morros ao longo da Avenida Lacerda de Aguiar, e, mais recentemente, no morro que abriga o loteamento Riviera da Luz, começa a delinear uma ocupação com habitações de alto nível.

Pode-se identificar os bairros adjacentes - Aquidabã, Baiminas, Amarelo, Paraíso, Santo Antônio, Ibitiquara e Maria Ortiz - como os que apresentam características de ocupação por população de renda média.

Os bairros de baixa renda, e notadamente carentes de infra-estrutura básica, são os de formação mais recente, e situados na periferia da mancha de ocupação, citam-se: Zumbi 1 e Zumbi 2, Valão, Monte Cristo, Alto Novo Parque, União, São Luiz Gonzaga, Nossa Senhora da Penha, Café Guandu e, encravado no Bairro Ibitiquara, o Morro Maria Grande.

Quanto ao uso industrial, os estabelecimentos mais significativos - Cimento Nassau, Selita Laticínios, Café Guandu, Inacal, Calçados Itapoã - estão implantados de modo definitivo em pontos distintos da área urbana. No entanto, apesar de observarmos a disseminação de fábricas, serrarias de mármore e de madeira, em todo o sítio urbano, convém enfatizar o adensamento de uma faixa que margeia a BR 482 e a rodovia que segue para Muqui, na localidade de Trevo.

Novos loteamentos, induzidos pelos conjuntos COHAB, INOCOOP e IBC, destinados à população de baixa renda, começam a serem implantados: Monte Cristo, Parque das Laranjeiras, Parque Imperial e Morada dos Ventos e Coramara. Estes terão, possivelmente, como vocação principal, a de abrigar os contingentes de trabalhadores do corredor industrial que se insinua e a consolidação da expansão ao longo dos eixos: Cachoeiro-Muqui e Cachoeiro-Castelo-Alegre-Guaçu (BR 482).

Uma característica interessante, no que diz respeito ao uso do solo/habitação, é a constatação da não existência de assentamentos, tipo favela, na

área urbana da cidade. A população de renda baixa-inferior, geralmente habitam loteamentos localizados em encostas íngremes ou em baixios alagáveis, desprovidos de infra-estrutura urbana básica e, sendo que, em alguns deles, é praticamente impossível a circulação viária em suas ruas, principalmente veículos de transporte coletivo, devido às características topográficas das mesmas. O Bairro Zumbi é exemplo marcante dessa problemática da ocupação urbana cachoeirense.

8.

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 -

ÁREA ORGANIZACIONAL

A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim foi reorganizada administrativamente pela Lei 1975, de 14 de julho de 1978, passando a sua estrutura organizacional por pequenas alterações através da Lei 2021, de 25 de abril de 1979.

O contexto organizacional é formado por 18 órgãos a nível de direção e assessoramento, mais outras 66 unidades organizacionais a nível de gerência e de execução programática.

As leis que instituíram a atual estrutura da Prefeitura definiram no próprio texto as atribuições do Gabinete do Prefeito e das 9 Secretarias Municipais, autorizando o Chefe do Poder Executivo Municipal a aprovar, por decreto, o Regimento da Prefeitura, que deverá definir as atribuições dos demais órgãos componentes do sistema orgânico.

Como o Regimento ainda não foi aprovado, torna-se difícil distribuir de maneira racional o trabalho entre as diversas especializações, favorecendo uma disfunção na máquina da Prefeitura, que poderá cristalizar uma estrutura informal, em desacordo com a legislação que disciplina o assunto.

Por outro lado, observa-se que a estrutura não está perfeitamente afinada com o contexto municipal, existindo algumas unidades organizacionais não ativadas, o que revela que a ênfase metodológica utilizada na elaboração das leis organizacionais referidas anteriormente, foi mais de um modelo padrão de intervenção que trouxe em seu bojo um receituário de soluções, do que uma proposição erigida de acordo com a situação específica da Prefeitura com todas as

suas peculiaridades significativas.

Visando eliminar as disfunções no sistema de estruturação organizacional, deve-se primeiro levar em conta qual o papel do Município no sistema econômico - político - administrativo Nacional/Estadual, e quais as relações que existem entre as esferas superiores.

No que tange a autonomia administrativa, cabe considerar aqueles serviços públicos locais estabelecidos na "*Lei Orgânica dos Municípios*", para que dentro destes limites sejam considerados prioritário tudo que diz respeito ao peculiar interesse do Município, que muitas vezes também o são da União ou do Estado. Como exemplo pode-se citar a *educação* que abrange o interesse das três esferas de governo.

Neste caso, deve-se escolher as atividades de importância mediata e atribuí-las, a quem de direito, se ao Município, ao Estado ou à União, podendo, no entanto, o Estado e a União, através de convênios, delegar ao Município a execução de programas estaduais ou federais de caráter nitidamente local.

Com base neste contexto - contingencial, a PMCI deverá atualizar a sua estrutura orgânica através do próprio setor competente da Prefeitura, com assistência técnica mais participativa do Departamento de Articulação com os Municípios da Secretaria de Estado do Planejamento, tomando em conta importantes variáveis, tais como:

- . a configuração cultural da região onde o Município está localizado;
- . o posicionamento relativo do Município no contexto sócio-político-econômico do Estado;
- . a qualidade das inter-relações do Município com o ambiente que o cerca, em termos de contribuições e dependência em relação a este;

- . conhecimento satisfatório dos poderes Executivo e Legislativo Municipais;
- . os recursos humanos e materiais disponíveis e mobilizáveis na organização municipal e a sua estruturação técnico-formal e comportamental.

A proposição está registrada, compete a PMCI formular a sua própria estrutura organizacional "*pois só os que são capazes de ler o contexto, poderão desenvolver quadros de referência para compreensão; não será uma empreitada fácil, mas é parte indispensável da prática administrativa de adaptação para as organizações de hoje e de amanhã" (Wesley E. Bjur - 1977).*

QUADRO 8A

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA LEGAL	FINALIDADE
<p>- Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.</p>	<p>- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 4º.</p>	<p>- Compete à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, órgãos de primeiro grau divisional, pelos órgãos que a compõem:</p> <ul style="list-style-type: none"> . representar ativa e passivamente o Município e sua Fazenda em Juízo; . promover a cobrança de dívida ativa em permanente articulação com os órgãos fazendários próprios; . opinar em todos os processos que lhe forem encaminhados à apreciação; . assessorar o Prefeito em estudo, interpretação, encaminhamento e solução das questões jurídico-administrativas, políticas e legislativas; . minutar contratos, convênios, acordos, exposição de motivos ou quaisquer outros documentos que envolvam matéria jurídica, quando solicitado; . coligir elementos, tanto de fato quanto de direito, para as informações que devem ser prestadas em mandado de segurança pelo Prefeito.

Cont. QUADRO 8A

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA LEGAL	FINALIDADE
- Secretaria Municipal de Planejamento.	- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 5º.	- Compete à Secretaria de Planejamento, órgão de Administração Superior: <ul style="list-style-type: none">. coordenar os estudos para estimativa da Receita;. rever, analisar e avaliar as propostas parciais do orçamento-programa com base no Plano de Administração;. acompanhar, avaliar e controlar os estudos para o cronograma de desembolso;. propor ao Prefeito normas de Planejamento, Programação, Orçamento e de Organização e Ação Administrativas;. coordenar os estudos relativos ao Planejamento Urbano e Viário;
- Secretaria Municipal de Administração.	- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 10º.	- Compete à Secretaria Municipal de Administração: <ul style="list-style-type: none">. organização do pessoal;. recrutamento, seleção, lotação, treinamento e movimentação dos servidores;. cadastro dos servidores;. assistência na prevenção de acidentes;. cuidar dos direitos, vantagens, deveres e obrigações dos servidores;. elaboração, revisão, padronização, sistematização, publicação e registro de atos, decisões, contratos, relatórios e outros expedientes oficiais;

Cont. QUANDO 8A

**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA LEGAL	FINALIDADE
- Secretaria Municipal de Ad ministração.		<ul style="list-style-type: none">. controle de entrada, expedição, distribuição e andamento de toda correspondência, processos e demais documentos;. ordenação, classificação e arquivamento da documentação administrativa;. aquisição, alienação, aforamento, arrendamento, locação, registro, proteção e conservação dos bens patrimoniais da Prefeitura;. padronização, especificação, requisição, entrega, recebimento, registro e guarda e distribuição de materiais permanente e de consumo;. aquisição de material destinado aos serviços da Prefeitura, mediante licitação;. atos, ajustes e contratos relativos à aquisição ou reparo de material e instalação de serviços, bem assim a fiscalização do seu cumprimento;. conserto, conservação, troca, cessão e venda de material e equipamentos;. depósitos e almoxarifados.

Cont. QUADRO 8A

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA LEGAL	FINALIDADE
- Secretaria Municipal de Fazenda.	- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 15 .	- Compete à Secretaria Municipal de Fazenda: <ul style="list-style-type: none">. lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos, rendas e contribuições;. cobrança da dívida ativa;. contabilidade municipal;. despesas de dívidas municipais;. execução orçamentária;. outras tarefas relativas à administração fazendária do município.
- Secretaria Municipal da Agricultura.	- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 19 .	- Compete à Secretaria Municipal de Agricultura: <ul style="list-style-type: none">. assistência agropecuária;. dinamização dos setores agrícolas ligados ao Município;. abastecimento, administração dos mercados, feiras e matadouros;. outras tarefas correlatas.

**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA LEGAL	FINALIDADE
<p>- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Assistência Social.</p>	<p>- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 23, com nova redação dada pelo artigo 1º da Lei Nº 2021, de 25 de abril de 1979.</p>	<p>- Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Assistência Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> . supervisão de ensino municipal, em todos os seus graus; . administração, em colaboração com outros órgãos de administração, dos prédios escolares; . assessoramento ao Prefeito Municipal na elaboração de acordos, convênios com os governos Federal e Estadual que visem à obtenção de recursos e de colaboração técnica; . incentivo ao turismo, à cultura e aos esportes; . promoção de campanhas educacionais; . colaboração com a Secretaria Municipal de Administração na seleção de candidatos ao magistério; . zelo pelo patrimônio histórico, cultural e artístico do município; . manutenção da Biblioteca Municipal; . assistência social à comunidade.

**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA LEGAL	FINALIDADE
<p>- Secretaria Municipal de Obras.</p>	<p>- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 29 .</p>	<p>- Compete à Secretaria Municipal de Obras:</p> <ul style="list-style-type: none"> . observância das posturas municipais; . observância do Código de Obras; . coleta de lixo; . administração e conservação de parques, cemitérios, jardins, praças e logradouros públicos; . projetos, construção e conservação, direta ou indiretamente, das obras municipais; . aprovações de plantas; . concessão de "habite-se" e licença para obras; . estudos urbanísticos e viários em colaboração com a Secretaria Municipal de Planejamento; . outras tarefas correlatas.

Cont. QUADRO 8A

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

7

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA LEGAL	FINALIDADE
- Secretaria Municipal de Saúde.	- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 34, com nova redação dada pelo artigo 1º da Lei Nº 2021, de 25 de abril de 1979.	- Compete à Secretaria Municipal de Saúde: .. prestação de assistência Médica; . prestação de assistência Odontológica; . inspeção sanitária; . análises clínicas; . outras tarefas correlatas;
- Secretaria Municipal de Transportes.	- Lei Nº 1975, de 14 de julho de 1978, artigo 39.	- Compete à Secretaria Municipal de Transportes: . estacionamento e estacionamento de veículos; . manutenção da frota municipal de veículos; . funcionamento das oficinas municipais; . controle dos serviços de transportes coletivos; . concessão de linhas urbanas para o município; . concessão de placas de táxis; . outras tarefas correlatas.

8.2.

ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim conta com um efetivo de 1051 servidores que atuam nas áreas meio e fim, distribuídos entre as duas áreas em 15% e 85%, respectivamente.

Considerando as diversas unidades organizacionais, em nível de direção, assessoramento, gerência e de execução programática, a alocação dos servidores obedece os seguintes percentuais:

. Gabinete do Prefeito	2,28%
. Secretaria M. de Assuntos Jurídicos	0,19%
. Secretaria M. de Planejamento	0,38%
. Secretaria M. de Administração	5,33%
. Secretaria M. de Fazenda	7,04%
. Secretaria M. de Agricultura	0,67%
. Secretaria M. de Educação C. e Assistência Social	27,50%
. Secretaria M. de Obras	16,27%
. Secretaria M. de Saúde	4,00%
. Secretaria M. dos Transportes	36,35%

Pelo exposto, as Secretarias que mais absorvem mão-de-obra são, respectivamente, a dos Transportes, a de Educação, Cultura e Assistência Social e a de Obras.

Considerando as atividades da Secretaria Municipal dos Transportes, voltadas para o estacionamento e estacionamento de veículos; controle dos serviços de transportes coletivos; concessão de placas de taxi etc., o efetivo de pessoal pode ser considerado bastante acentuado, mas o que na realidade ocorre, é que os servidores da Secretaria Municipal ou transp. atuam na abertura e reabertura de estradas, o que pela legislação é da competência da Secretaria Municipal de Agricul

tura, ocorrendo, assim, paralelismo entre as duas Secretarias.

Para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Assistência Social, o número de servidores é perfeitamente justificável, principalmente considerando o alto grau de concentração urbana do Município, que atingiu em 1977 o índice de 70%.

Por outro lado, de acordo com o Censo Escolar de 1977, realizado pelas Secretarias Estaduais de Planejamento e Educação, o Município de Cachoeiro de Itapemirim apresentou para a área urbana a taxa de escolarização de 86,62%, considerando a faixa etária de 7 a 14 anos.

A Secretaria Municipal de Obras, que possui 16,27% do pessoal da Prefeitura, tem intensa atividade, em decorrência da urbanização do Município, que alcançou 70% em 1977, quando no ano de 1960 o grau de concentração urbana era de 47%. Isto revela um acentuado crescimento urbano, que implica numa maior demanda dos serviços oferecidos por essa Secretaria.

A Secretaria Municipal de Saúde, com apenas 4% dos servidores da Prefeitura, vem desenvolvendo um substancial trabalho nessa área. Possui 11 (onze) postos de saúde, sendo 4 (quatro) no Distrito Sede e 7 (sete) nos Distritos interioranos e 1 (hum) Pronto Socorro em fase final de construção.

Com relação ao nível de escolaridade dos servidores, no cômputo geral pode ser considerado bom, alcançando 9% o nível superior, 29% o nível médio e 62% o 1º grau.

Particularizando a análise, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Assistência Social é a que possui maior número de servidores de nível superior, com uma faixa salarial de Cr\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos cruzeiros) a Cr\$ 4.221,00 (quatro mil, duzentos e vinte e um cruzeiros), o que revela que nem todos ocupam funções que exigem formação do 3º grau, mostrando para essa área uma oferta de

mão-de-obra de nível superior maior do que a demanda.

Ainda, com relação a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Assistência Social, 110 (cento e dez) servidores estão na faixa de 1º grau, o que não pode ser considerado satisfatório por ser uma área de ensino onde o pessoal não está devidamente capacitado para desempenhar as suas funções.

Na área meio, merece destaque a Secretaria Municipal de Planejamento, que possui apenas 4 (quatro) servidores, sendo 3 (três) de nível superior e 1 (um) de 1º grau, o que demonstra que nem todas as suas unidades organizacionais estão ativadas, quando pelo porte do Município de Cachoeiro de Itapemirim o planejamento (entendido como prática de governo), é o principal mecanismo governamental a ser acionado.

Para a área de recursos humanos recomenda-se dotar o Município de um mínimo de pessoal especializado, e por outro, implementar programas de assistência técnica no preparo inicial e na orientação contínua do pessoal necessário à administração municipal.

QUADRO 8B

PESSOAL SEGUNDO NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL MÉDIO			1º GRAU COMPLETO E INCOMPLETO			NÃO ALFABETIZADO			TOTAL DE (NÚMERO DE PESSOAS)
	Nº	MAIOR SALÁRIO (Cr\$)	MENOR SALÁRIO (Cr\$)	Nº	MAIOR SALÁRIO (Cr\$)	MENOR SALÁRIO (Cr\$)	Nº	MAIOR SALÁRIO (Cr\$)	MENOR SALÁRIO (Cr\$)	Nº	MAIOR SALÁRIO (Cr\$)	MENOR SALÁRIO (Cr\$)	
Gabinete do Prefeito	03	18.200,00	8.978,00	17	9.964,00	4.221,00	04	4.221,00	3.381,00	-	-	-	24
Secretaria Mun. de Assuntos Jurídicos	02	18.200,00	11.963,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
Secretaria Municipal de Planejamento	03	18.200,00	11.963,00	-	-	-	01	2.760,00	-	-	-	-	04
Secretaria Municipal de Administração	04	18.200,00	6.976,00	40	6.796,00	3.192,00	10	2.776,00	2.760,00	02	2.760,00	2.760,00	56
Secretaria Municipal de Fazenda	06	18.200,00	17.545,00	54	6.796,00	3.192,00	14	3.381,00	2.760,00	-	-	-	74
Secretaria Municipal de Agricultura	02	18.200,00	17.600,00	02	3.671,00	3.671,00	03	2.760,00	2.760,00	-	-	-	07
Secret. Mun. de Educ. Cul. e Ass. Social	52	18.200,00	4.221,00	127	4.032,00	2.776,00	110	2.760,00	2.760,00	-	-	-	289
Secretaria Municipal de Obras	07	18.200,00	17.596,00	23	7.381,00	3.671,00	138	5.582,00	3.671,00	03	2.760,00	2.760,00	171
Secretaria Municipal de Saúde	18	18.200,00	8.486,00	05	6.796,00	3.192,00	19	2.776,00	2.760,00	-	-	-	42
Secretaria Municipal dos Transportes	-	-	-	34	6.796,00	4.221,00	348	4.221,00	2.760,00	-	-	-	382
TOTAL	97			302			647			05			1.051

8.3.

ÁREA FINANCEIRA

É oportuno salientar, de antemão, que esta análise não considera a variável inflacionária e nem as destinações específicas de recursos transferidos com vinculação programática, fatos que por cento agravam a dependência financeira do Município.

8.3.1. ESTRUTURA DA RECEITA

Para melhor análise da composição da Receita, caracterizada no quadro 8E, foram elaborados os quadros 8F e 8G.

Os dados apresentados, antecedentes, mostram uma tendência de superestimação da capacidade operacional de arrecadação da unidade fazendária da Prefeitura em tela. Registre-se, ainda, que o potencial tributário do Município não é explorado como deveria, apesar de informações do governo local, no sentido de que o recadastramento está sendo atualizado pela equipe Municipal.

Considerando a estrutura das receitas, somente sob o enfoque econômico, já que pelo funcional não se dispõe de elementos de informações suficientes, depara-se com a seguinte estrutura Financeira Municipal.

QUADRO 8C

ORIGEM	% MÉDIA PERÍODO 1977/1979	% PREVISTO 1980
Recursos de Origem Correntes	73.9	83.7
Recursos de Origem de Capital	26.1	16.3
TOTAL	100,0	100,0

A estrutura das receitas por fontes, se configura em média da seguinte forma:

Quadro 8D

FONTE \ PERÍODO	% MÉDIO PERÍODO 197 / 1979	% PREVISTO 1980
Receitas Próprias	12.5	24.5
Receitas Transferida	83.6	72.9
Endividamento	3.9	2.6
TOTAL	100,0	100,0

A dependência financeira da Prefeitura, é ainda mais agravada, quando, como se configura no quadro XIII-B; o ICM (49,5% do Orçamento) segundo informações do chefe do executivo local, não tem uma realização regular; o FRN (2,2% do Orçamento) sofre atraso de liberações de quotas; e conforme foi dito anteriormente as Receitas Próprias (24,5% do Orçamento) tendem a uma não realização total.

8.3.2 - ESTRUTURA DA DESPESA

A caracterização da estrutura econômica da despesa é feita pelos quadros 8H e 8I, espelhando nos anos de 1977 a 1979 uma média de 62% para Despesas Correntes e de 38% para Despesas de Capital. Para o ano de 1980 a previsão estabelece o seguinte quadro:

Despesas Correntes 57,6%
Despesas Capital 42,4%

Em vista dos antecedentes já mostrados, esta estimativa para 1980, não evidencia de forma particular, nenhuma modificação estrutural, uma vez que o sistema apresenta-se mais voltado para manutenção de ativi

dades do que para investimentos de grande porte e de grande efeito multiplicador social.

No que diz respeito à análise programática, em que pese a falta de maiores dados, os quadros 8J e 8L fornecem uma idéia quanto a preocupação nos últimos 4 anos em dirigir a ação local para os setores de Habitação e Urbanismo (Média 33,5% dos Orçamentos), Administração e Planejamento (Média 16,3% dos Orçamentos), Educação e Cultura (Média 15,7% dos Orçamentos) e Transporte (Média 15,5% dos Orçamentos).

Saliente-se o fato de que no orçamento de 1980 os gastos de pessoal representam 36,1% da estimativa total, e que na área de Saúde e Saneamento a ação do Governo local tem sido sensivelmente intensificada, não só pela crescente alocação de valores financeiros no orçamento, como também, pelas constantes tentativas de integração do plano local (na área) com os dos Estados e União.

QUADRO 8E

RECEITA ARRECADADA NOS ANOS DE 1977 A 1979, E PREVISTA PARA 1980

EM Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	RECEITA REALIZADA EM			PREVISTA PARA
		1977	1978	1979	1980
1.0.0.00	Receitas Correntes	37.933	60.809	102.757	194.726
1.0.0.00	Receitas Tributárias	4.809	8.094	13.795	46.349
1.2.0.00	Receitas Patrimonial	89	254	589	551
1.3.0.00	Receita Industrial	-	-	-	1
1.4.0.00	Transferências Correntes	32.381	49.342	84.803	138.255
1.5.0.00	Receitas Diversas	654	3.119	3.570	9.570
2.0.0.00	Receitas de Capital	14.461	23.661	32.933	37.834
2.2.0.00	Operações de Crédito	-	10.000	-	6.000
2.3.0.00	Alienação de Bens Móveis	1	1	35	500
2.5.0.00	Transferências de Capital	14.460	13.660	32.898	31.320
2.9.0.00	Outras Transferências de Capital	-	-	-	14
TOTAL GERAL		52.394	84.470	135.690	232.560

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

QUADRO 8F

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

COMPARATIVO RECEITA ORÇADA E REALIZADA

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

(Em Cr\$ 1.000,00)

FONTE	1977		1978				1979				1980			
	ESTIMADA		REALIZADA		ESTIMADA		REALIZADA		ESTIMADA		REALIZADA			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
Receitas Próprias	7.823	17.8	5.552	10.6	9.072	14.9	11.467	13.6	46.510	33.0	17.989	13.3	56.985	24.5
Receitas Transferidas	36.177	82.2	46.842	89.4	49.928	81.8	63.003	74.6	94.490	67.0	117.701	86.7	169.575	72.9
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	2.000	3.3	10.000	11.8	-	-	-	-	6.000	2.6
TOTAL	44.000	100	52.394	100	61.000	100	84.470	100	141.000	100	135.690	100	232.560	100

QUADRO 8G

DETALHAMENTO DA RECEITA ESTIMADA 1980

Em Cr\$ 1.000,00

FONTES	VALOR	%
Receitas Próprias	56.985	24,5
Receitas Transferidas		
- F.P.M.	26.700	11,5
- I.U.M.	4.000	1,7
- F.R.N.	5.160	2,2
- I.C.M.	115.000	49,5
Outras Transferências	18.715	8,0
Operações de Crédito	6.000	2,6
TOTAL	232.560	10,0

QUADRO 8 H

DESPEZA REALIZADA NOS ANOS DE 1977 A 1979 E PREVISTA PARA 1980

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	DESPEZA REALIZADA EM			PREVISTA
		1977	1978	1979	PARA 1980
3.0.0.0	Despesas Correntes				
3.1.0.0	Despesas de Custeio	27.172.402,44	46.383.982,61	73.702.742,75	118.871.425,00
3.2.0.0	Transferências Correntes	6.055.987,74	6.062.433,06	8.134.980,53	15.080.575,00
4.0.0.0	Despesas de Capital				
4.1.0.0	Investimentos	12.216.324,67	26.094.004,36	65.436.310,02	70.858.000,00
4.2.0.0	Inversões Financeiras	78.776,00	300.000,00	265.800,00	500.000,00
4.3.0.0	Transferências de Capital	2.192.455,91	3.781.272,45	7.336.383,02	12.250.000,00
TOTAL	GERAL	47.715.946,76	82.621.692,48	154.876.216,32	217.560.000,00
			RESERVA CONTINGÊNCIA		15.000.000,00
					232.560.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

QUADRO 8I

ESTRUTURA DA DESPESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

CATEGORIA ECONÔMICA	ANOS	REALIZADA			PREVISTA
		1977	1978	1979	1980
		%	%	%	%
Despesas Correntes		69.6	63.5	52.8	57.6
Despesas de Capital		30.4	36.5	47.2	42.4
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0

QUADRO 8J

DESPESAS POR FUNÇÕES, NOS ANOS DE 1977 A 1979 E PREVISTA PARA 1980

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS REALIZAS EM			Previstas para
		1977	1978	1979	1980
01	Legislativa	693	1.252	2.140	5.976
02	Judiciária	-	417	1.500	3.938
03	Administração e Planejamento	8.773	14.000	20.856	37.727
04	Agricultura	190	269	2.083	6.747
05	Comunicações	-	-	-	-
06	Defesa Nac. e Seg. Pública	-	-	-	-
08	Educação e Cultura	8.086	14.540	23.572	30.451
09	Energia e Recursos Minerais	-	-	-	-
10	Habituação e Urbanismo	17.345	28.522	55.295	61.394
11	Indústria, Comércio e Serviços	-	928	661	2.204
13	Saúde e Saneamento	2.457	6.879	12.530	23.156
15	Assistência e Previdência	4.159	4.388	5.650	9.101
16	Transporte	6.013	11.427	30.589	36.866
TOTAL	GERAL	47.716	82.622	154.876	217.560

FONTE: Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. - RESERVA CONTINGÊNCIA 15.000
232.560

QUADRO 8L

DESPESAS POR FUNÇÕES

CACHOEIRO DE JITAPEMIRIM

(Em Cr\$ 1.000.00)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS REALIZADAS EM						PREVISTA PARA	
		1977		1978		1979		1980	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
01	Legislativa	693	1.5	1.252	1.5	2.140	1.4	5.976	2.6
02	Judiciária	-	-	417	0.5	1.500	1.0	3.938	1.7
03	Administração e Planejamento	8.773	18.4	14.000	17.0	20.856	13.5	37.727	16.2
04	Agricultura	190	0,4	269	0.3	2.083	1.3	6.747	3.0
05	Comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-
06	Def. Nac. e Serviços Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
08	Educação e Cultura	8.086	16.9	14.540	17.6	23.572	15.2	30.451	13.1
09	Energia e Recursos Minerais	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Habituação e Urbanismo	17.345	36.4	28.522	34.5	55.295	35.7	61.394	26.4
11	Indústria, Comércio e Serviços	-	-	928	1.1	661	0.4	2.204	1.0
13	Saúde e Saneamento	2.457	5.1	6.879	8.3	12.530	8.1	23.156	10.0
15	Assistência e Previdência	4.159	8.7	4.388	5.4	5.650	3.6	9.101	4.0
16	Transporte	6.013	12.6	11.427	13.8	30.589	19.8	36.866	15.9
99	Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	15.000	6.1
TOTAL GERAL		47.716	100.0	82.622	100.0	154.876	100.0	232.560	100.0

8.4 -

CAPACIDADE DE GERENCIAMENTO

De acordo com o Decreto 1371-N, de 30 de novembro de 1979, Cachoeiro de Itapemirim foi eleita unidade territorial polarizada, associando áreas geográficas de outros 19 (dezenove) Municípios, sendo, portanto, considerada centro urbano médio, com um papel específico na organização das atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas dentro do contexto estadual.

Na medida em que venha se fortalecer a inter-relação entre Cachoeiro de Itapemirim (centro urbano médio) e sua região de influência - no sentido de que o primeiro venha cumprir uma série de funções dinamizadoras e inovadoras, localizadas atualmente basicamente na Aglomeração da Grande Vitória - ele poderá contribuir para a redução do ritmo atual de concentração em torno da capital do Estado e dos municípios que a cercam. Nesse processo, Cachoeiro de Itapemirim poderá se tornar verdadeira "*capital regional*" do sul do Estado, em condições de promover a desconcentração econômica e a descentralização administrativa, o que dependerá, é bem verdade, da intensidade de implementação de políticas específicas por parte dos governos Federal e Estadual.

Nesse enfoque o planejamento (entendido como prática de governo), deverá ser a principal forma de intervenção da administração municipal na vida econômica da comunidade.

Para tanto, a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim já possui uma Secretaria de Planejamento, que deverá ser fortalecida a fim de fazer da função planejamento uma verdadeira prática de governo, visando dar maior racionalidade às tradicionais atuações da Prefeitura, emprestando-lhes caráter mais sistemático.

Sabe-se que, de um modo geral, o município brasileiro cada vez mais vem se caracterizando como agência de prestação de serviços. A atuação em programas amplos de desenvolvimento econômico tem sido muito restrita. Essa atuação, que constituiria o *planejamento econômico* propriamente dito, ocorre indiretamente, através do *planejamento físico-territorial*, que é onde o Município tem, tradicionalmente, poderes para intervir. Isto porque, cada vez mais o governo municipal se especializa na administração do equipamento urbano e os governos Federal e Estadual com os serviços de infra-estrutura urbana (água, esgotos, telefones, energia elétrica etc), cabendo ao município uma atuação mais enfática, no setor *físico-territorial*, particularmente nas chamadas obras públicas: arruamento, pavimentação, parques, jardins, fontes, galerias pluviais etc.

Em fase disso tudo é que se pode entender a necessidade do fortalecimento do planejamento físico-territorial da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, e, conseqüentemente, do planejamento institucional, visando uma reorganização do aparelho administrativo, quer para dotá-lo de maior racionalidade nas atividades que desenvolve, quer para ajustá-lo a um estilo de desempenho de acordo com a tecnologia que o planejamento irá requerer.

Assim, para melhorar a capacidade de gerenciamento da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, torna-se necessário o fortalecimento das atividades de planejamento, organização e capacitação de recursos humanos.

9.

ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO,
COM ÊNFASE À ESTRATÉGIA FÍSICO-ESPACIAL

9.1.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Neste item pretende-se indicar os traços fundamentais de uma proposta de desenvolvimento físico-territorial urbano para a cidade, definidos a partir dos estudos empreendidos nas etapas anteriores deste perfil e da política de ação governamental do Executivo Municipal.

Dentro do quadro analisado, verificou-se que, na década de 70, a cidade registrou um pequeno aumento da população, não atuando, portanto, como fixadora de migrantes da Região, ao contrário do ocorrido nas duas décadas precedentes. A própria Região, polarizada por Cachoeiro de Itapemirim, passou por um longo período de estagnação e declínio de sua economia com reflexos nos processos sociais e na estrutura urbana regional.

Com o programa de dinamização da lavoura cafeeira nas terras altas do Município e da Região, em fase final de consolidação, o quadro econômico-regional poderá evoluir positivamente, favorecendo a função polarizadora de Cachoeiro de Itapemirim.

A nível do Município, a sua tradição industrial poderá ser mantida, embora em níveis inferiores ao da Grande Vitória, que passou, a partir dos anos 60, a ser o principal pólo industrial do Estado.

Embora a maioria das indústrias mais antigas do Município tenha entrado em decadência, exceção verificada para a Itabira Agro-industrial (Cimento Nas sau), verifica-se, na última década, o crescimento da indústria extrativa e de transformação, principalmente do mármore - do qual a Região é o maior produtor a nível nacional.

É no desenvolvimento da indústria de extração e beneficiamento de mármore, calcita, caolin e outros minerais existentes, que poderá ser estabelecida

as bases do crescimento econômico do Município, com reflexos na área urbana da cidade.

A localização da cidade, intermediária aos centros consumidores do Rio de Janeiro e Vitória, poderá ser elemento a ser considerado numa política de descentralização industrial do Estado.

Para tentar ordenar os reflexos dos fenômenos sócio-econômicos que estão ocorrendo e poderão ocorrer sobre a área urbana da cidade, procurou-se, neste perfil, estabelecer alguns pontos da estratégia físico-territorial e administrativa, na qual está empenhado o Governo Municipal.

9.2.

ESTRATÉGIA FÍSICO-TERRITORIAL

9.2.1. TENDÊNCIAS DE EXPANSÃO

O espaço urbano da cidade, atualmente, é caracterizado pela ocupação linear ao longo das duas margens do rio, com ramificações tentaculares ao longo dos córregos e encostas.

No *Plano de Desenvolvimento Local e Integrado* (PDLI), prevê-se três vetores de expansão distintos:

- um, ao longo da rodovia que liga a cidade à Vitória, numa extensão de quase 10km. No extremo deste vetor proposto, prevê-se, na legislação vigente, a criação de uma zona exclusivamente industrial (Distrito Industrial), margeada pela BR 101);
- um, no lado esquerdo do rio, seguindo ao longo da estrada para Soturno e da ferrovia para Vitória;
- e, um terceiro, definido pelas bacias dos córregos dos Monos e seu afluente principal, o Monte Cristo.

O primeiro vetor apresenta, atualmente, fraca tendência de ocupação e a área não é própria para urbanização, pois os terrenos ou são inundáveis nos baixios próximos ao rio, ou possuem encostas com declividade acentuada.

O segundo vetor, além de estar direcionado para áreas constituídas por relevo tipo *mar de morros*, com encostas de declividade não próprias à ocupação, possui dois elementos agravantes: acentuaria a divisão da cidade em duas partes, obrigando a construção de outras pontes ao longo do rio; a maioria dos empregos estão localizados no outro lado ou ao longo da BR 482, distante desta área.

Considerando as restrições naturais das áreas adjacentes à mancha urbana, constituídas por encostas íngremes, notadamente a oeste, e terrenos ribeirinhos inundáveis, pode-se dizer que o terceiro vetor de expansão urbana, verificado ao longo dos eixos rodoviários BR 482 (Av. Jones dos Santos Neves e sua continuação) e ES 289, que dá acesso ao Bairro São Felipe e ao Aeroporto é o principal e o que tem perspectiva de se consolidar. Este vetor abrange as bacias dos córregos dos Monos e seu afluente Monte Cristo, apresentando terrenos com topografia suave, variando suas cotas entre 65 e 100m na quase sua totalidade.

Ao longo da BR 482, e do seu entroncamento com a ES 289, e mesmo ao longo deste, tem-se localizado a maioria das indústrias mais recentes, notadamente aquelas que visam o beneficiamento do mármore e do granito.

Estas áreas (Trevo, Monte Cristo e Aeroporto), têm sido eleitas para receber a implantação de quase todos os conjuntos habitacionais existentes ou previstos para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Estes conjuntos são de iniciativa tanto da COHAB, que atua numa faixa de renda mais baixa, como de cooperativas orientadas pelo INOCOOP, para uma faixa de renda um pouco mais elevada.

Esta área, propícia ao uso habitacional, não está muito distante de uma outra mais ao norte, nas proximidades da Cerâmica Morro Grande, indicada em estudos da SUPPIN (Superintendência de Projetos de Polarização Industrial), autarquia estadual, como uma das opções para implantação do distrito industrial de Cachoeiro. A área, indicada pela SUPPIN, apresenta entre outras, as seguintes vantagens locais: rodovia federal asfaltada, ferrovia (ramal para a fábrica de cimento), ventos dominantes sudeste e manancial d'água próximo (Rio Itapemirim).

Ao longo desta faixa de expansão urbana, localiza-se a maioria dos novos loteamentos acessíveis à população de baixa renda e a única grande área de terras públicas na cidade: os terrenos no entorno do Aeroporto, inclusive este, de propriedade da Prefeitura Municipal.

9.3.

USO DESEJADO DO SOLO

A política municipal de uso do solo pode ser explicitada a partir de duas unidades espaciais definidas: a ocupação urbana principal e a área de expansão urbana da bacia do Córrego dos Monos (ver Mapa 15).

Para a ocupação urbana principal - malha urbana contínua a partir do centro - a ação política municipal visa, entre outros, a atingir os seguintes objetivos, quanto ao uso do solo, através de lei de controle de uso e ocupação ou de intervenção física:

- criar condições físico-espaciais para que a área central da cidade não entre em decadência, devido ao estrangulamento, adensamento e circulação viária praticamente ao longo de uma única via;
- fortalecer os centros de bairros de Aquidabã, Paraíso, Coronel Borges, Independência, Baiminas, Amarelo e Km 90;
- desestimular, a longo prazo, a concentração de unidades comerciais atacadas e de armazenamento existente no Bairro Guandu;
- desestimular a ocupação de encostas, principalmente daquelas com declividade superior a 30%, incentivando o seu reflorestamento;
- impor baixa taxa de ocupação e índice de aproveitamento dos lotes, já aprovados, situados em encostas ou topos de morros;
- estimular, através de instrumentos legais, tipo Imposto Territorial Progressivo e de investimentos em infra-estrutura, a oferta e ocupação dos lotes vagos existentes nas proximidades da área central;
- consolidar um eixo de serviços pesados ao longo da BR 482, principalmente no trecho que recebe a denominação de Avenida Aristides Campos;
- desestimular a implantação de indústrias, poluidoras ou geradoras de tráfego, no aglomerado principal.

Para a área de expansão urbana, propõe-se o estabelecimento de corredores industriais e de serviços pesados ao longo da BR 482 e da ES 289 e de centros de bairros nas proximidades do Trevo (BR 482 e ES 289) e no Bairro Monte Cristo, além dos assentamentos habitacionais para população de renda média-baixa e baixa. O uso habitacional poderá se expandir sobre as, relativamente extensas, áreas planas ou semi-planas da bacia do Córrego dos Monos, gerando uma estrutura de ocupação mais compacta, ao contrário da registrada na aglomeração central, onde predomina a forma tentacular que se estende entre os morros.

9.4.

REDE VIÁRIA BÁSICA PARA A ESTRUTURAÇÃO URBANA

Com a opção de não estimular a expansão urbana no lado esquerdo do rio e de incentivar a ocupação dos vazios existentes na margem direita, associado à eleição da expansão urbana na planície do Córrego dos Monos, a municipalidade está empenhada na implantação de um anel viário principal. Este anel visa melhorar a circulação da ocupação urbana principal e estruturar o espaço da área de expansão urbana (ver Mapa 7).

O anel é constituído pelos logradouros que margeiam o leito direito do rio, inclusive a Avenida Beira-rio, em fase final de implantação, pela BR 482, desde a travessia do Córrego dos Monos, ao norte, até o ponto que margeia o Rio Itapemirim, ao sul, e pela rodovia Ilha da Luz-Valão-BR 482.

Este anel, para ser consolidado, além da abertura e pavimentação do trecho da Avenida Newton Braga (Baiminas/BR 482-sul), da pavimentação da rodovia Ilha da Luz-BR 482-norte via Valão), de melhorias na rodovia BR 482, desde o entrocamento com a Avenida Lacerda de Aguiar, no bairro Paraíso, até o Trevo (BR 482 com ES 289). O trecho Valão-BR 482-norte, abrirá, para ocupação, novas áreas com boas características para assentamentos urbanos, principalmente habitação, indústria e lazer.

Algumas vias transversais são necessárias para a interligação de pontos do anel viário urbano. Entre as principais, citam-se:

- Avenida Nossa Senhora da Consolação, que possibilitará a retirada de áreas mais densas, do fluxo de caminhões pesados oriundos da fábrica de cimento;
- Avenida Jerônimo Ribeiro, que liga o centro aos bairros Amarelo, Paraíso e São Geraldo, constituindo importante via de circulação de transporte coletivo;

- Avenida Lacerda de Aguiar, já existente e com relativo bom estado de conservação;
- Avenidas Basílio Pimenta e Horácio Leandro, que dão acesso à fábrica de laticínios situada às margens da BR 482, na altura do Bairro Basílio Pimenta.

9.5.

LOCALIZAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS

No PDLI, prevê-se a implantação de um distrito industrial, no sul do Município, numa área tangenciada pela BR 101. Esta área apresenta topografia acidentada que oneraria a implantação de unidades industriais e possui o grave inconveniente de poder induzir uma expansão da cidade ao longo do Rio Itapeiririm, na saída para Vitória, que, como já dito nos itens precedentes, não possui sítio favorável à ocupação urbana (ver Mapa 1).

Além disso, embora esteja a mais de 10km da atual mancha urbana, a área localiza-se em posição desfavorável quanto a poluição do ar, devido aos ventos dominantes serem oriundos do sudeste.

Como já consta no item uso do solo desejado, as áreas propícias à localização industrial são as marginais às rodovias BR 482 e ES 289, principalmente a partir do acesso ao Bairro Monte Cristo em diante (ver Mapa 15).

Numa segunda fase, se for constatado a necessidade de implantação de distrito industrial, uma área situada nas proximidades da Fazenda Morro Grande, entre a rodovia BR 482 e a ferrovia para a Fábrica de Cimento, apresenta aspectos geológicos, topográficos e locacionais próprios para instalação de tal tipo de empreendimento (ver Mapa 15).

9.6.

ÁREAS VERDES

A cidade é muito carente de áreas verdes e, mesmo, de terrenos próprios para implantação de novas áreas. Dentro da área urbana, somente a Ilha da Luz apresenta condições de ser transformada em área verde e de recreação. Existe um projeto para a área, que não foi implantado, devido a inexistência de recursos financeiros.

A política municipal de ocupação do solo propõe estimular o reflorestamento das encostas e topos dos morros da área urbana, visando criar aspectos estéticos agradáveis ou proteger o solo contra problemas de erosão.

Nas proximidades do Bairro São Felipe, existe um pequeno bosque, que poderia, no futuro, ser transformado em área de lazer e recreação.

9.7.

RESTRIÇÕES FÍSICAS À URBANIZAÇÃO

A área urbana da cidade está, como dito anteriormente, assentada sobre um relevo de *mar de morros*, exceto na porção situada a oeste da BR 482, no seu trecho urbano, que apresenta um relevo tipo *serrano*, onde a cota máxima registrada é de 456m. Esta formação serrana, com encostas íngremes na sua quase totalidade, com declividade bem superior a 30%, constitui a principal barreira física para o crescimento da mancha urbana em direção ao sul e a oeste. Nesta última direção, somente a *garganta* atravessada pela BR 482 e pela ferrovia Cachoeiro-Campos, torna possível o acesso à região do Trevo (bacia dos Córrego dos Monos e do Monte Cristo - ver Mapa 15).

No sentido leste, o relevo de *mar de morros*, embora não crie propriamente uma barreira para a expansão da cidade, as suas encostas com declividade superior a 30% e os baixios alagáveis não são próprios para ocupação urbana.

Para o norte, embora a cidade esteja bloqueada por um morro com cotas bem elevadas, se ultrapassado, através de via margeando o Rio Itapemirim, encontra-se boas áreas para urbanização, já na bacia do Córrego dos Monos.

Mesmo dentro da mancha urbana principal, encontra-se restrições a ocupação, representadas pelo Rio Itapemirim e áreas inundáveis e por inúmeros morros com encostas íngremes, que estrangulam o próprio centro da cidade.

9.8.

A OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL URBANO

Escolhida a opção de consolidar a mancha urbana principal e criar condições mínimas para a ocupação a médio prazo na zona de expansão elegida, a ação municipal deverá estar concentrada, entre outros, nos seguintes pontos:

- PARA A ÁREA URBANA LEGAL

- . dotar os bairros carentes, situados mais próximos ao centro, de infra-estrutura física e social básica. Neste item pode ser enumerado, entre outros, os seguintes bairros: Zumbi (o mais problemático), Km 90, Maria Grande, Alto Novo Parque, São Luiz Gonzaga, Costa e Silva, Nova Brasília e Nossa Senhora da Penha;
- . melhorar e expandir a rede de galerias pluviais;
- . canalizar e/ou regularizar os inúmeros córregos que drenam a área urbana, principalmente o Amarelo, o Zumbi, o Basílio Pimenta e o Coronel Borges (Cobiça + Monte Líbano);
- . rever e aplicar a legislação de controle da ocupação e uso do solo urbano;
- . melhorar o sistema de limpeza urbana;
- . melhorar o padrão das vias que compõem o sistema de transporte coletivo;
- . implantar áreas de recreação e lazer, principalmente a projetada para a Ilha da Luz;
- . contenção de encostas;
- . obras de prevenção contra enchentes.

- PARA A ÁREA DE EXPANSÃO URBANA

- . desenvolver plano de ocupação físico-territorial;
- . implantar o trecho projetado do anel viário básico (Ilha da Luz-Valão-BR 482) e transformar a BR 482 (trecho do Trevo ao entroncamento com a Aveni

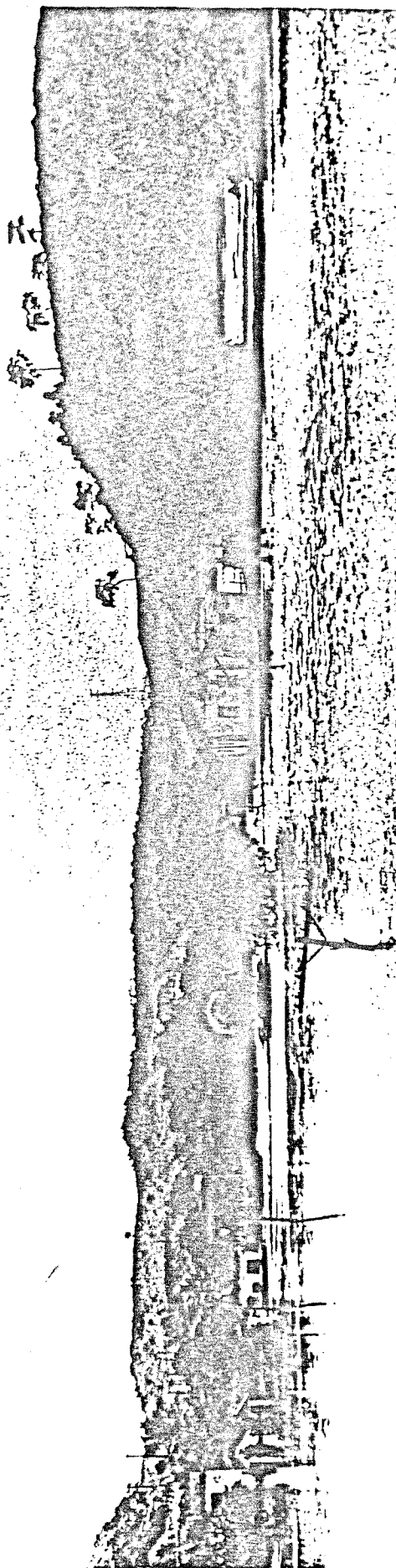
da Jones dos Santos Neves) em via de característica urbana, dotando-a de galerias de drenagem, acostamento e meio-fio;

- . implantar a médio prazo, o Centro Universitário Municipal (concentração de unidades de ensino superior, administradas pelo Município), na área de propriedade municipal, localizada nas proximidades do Aeroporto, conforme previsto;
- . favorecer a localização de indústrias ao longo da BR 482 e ES 289;
- . dotar de infra-estrutura urbana básica os loteamentos populares aí localizados.

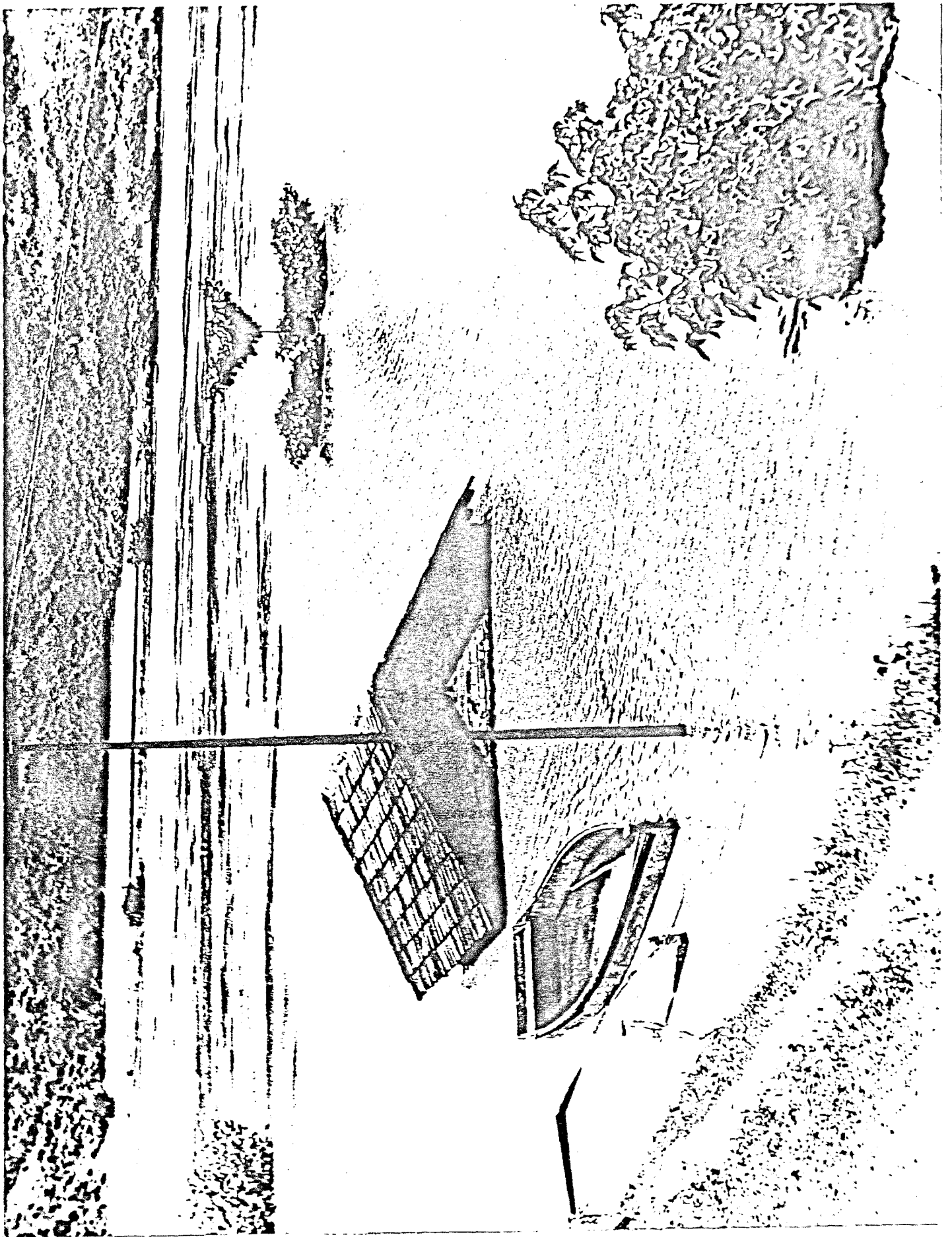
ANEXOS

1.

ASPECTOS DA CIDADE POR OCASIÃO
DAS ENCHENTES DE JAN/79



Foi, senão a maior, pelo menos a maior cheia dos últimos 40 anos. As águas atingiram a níveis impressionantes. Postes de rede elétrica - como o da foto - ficaram submersos.



O Bairro União, um dos mais populosos, ficou totalmente inundado com as duas cheias do Rio Itapemirim.



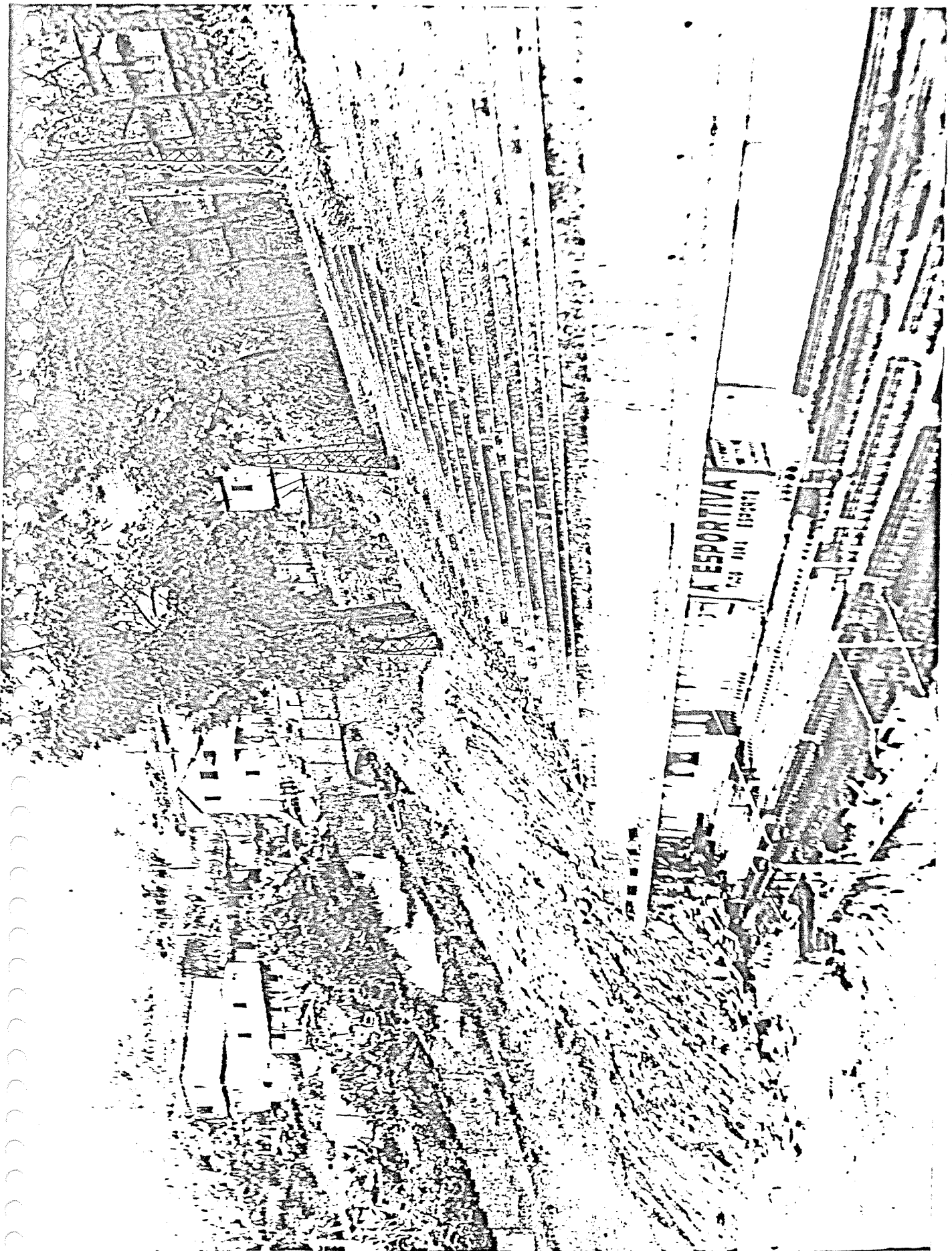
Ruas de vários bairros ficaram intransitáveis, mostrando um quadro homogêneo em termos de catástrofe.



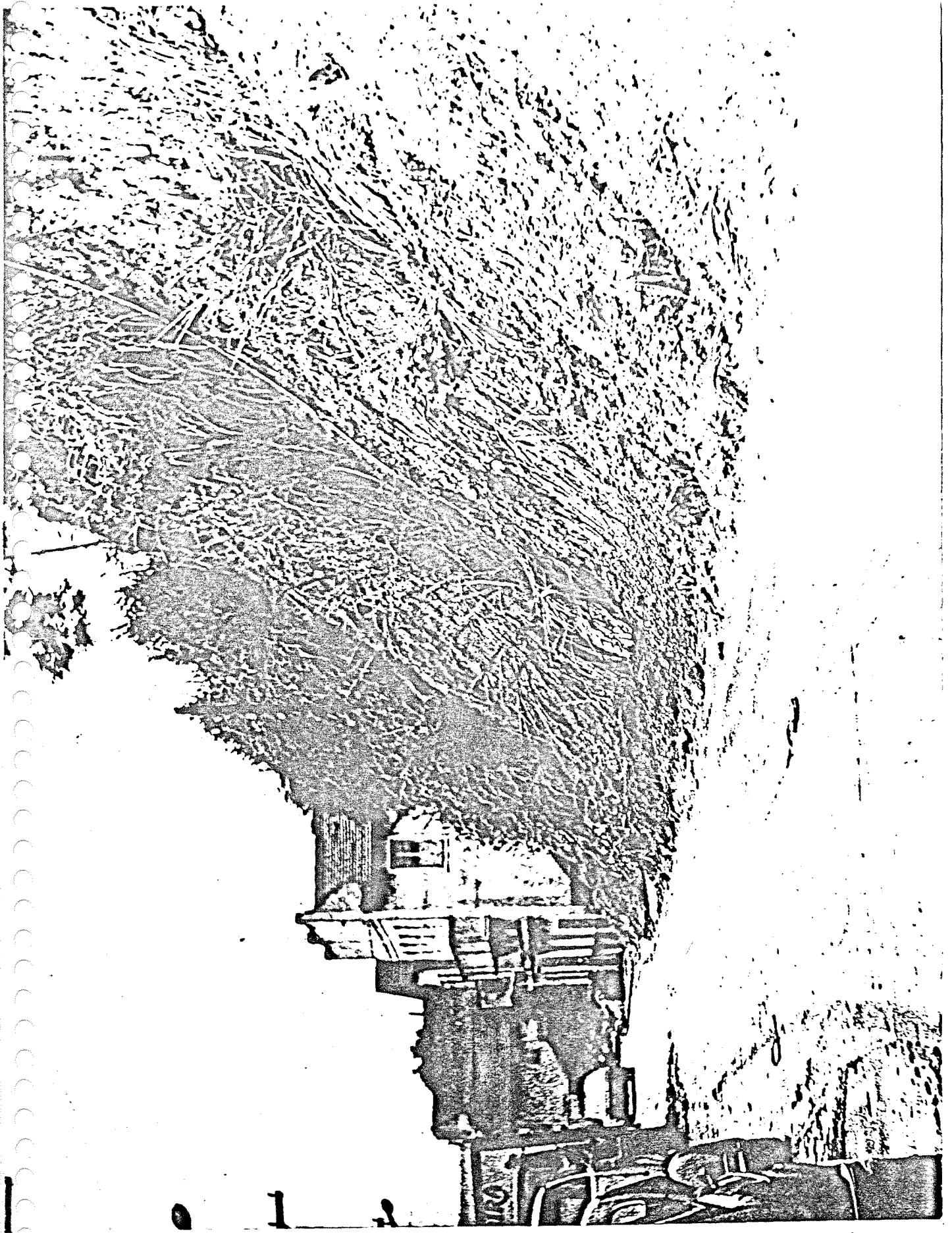
O viaduto da Avenida Aristides Campos deceu e interrompeu o trânsito numa área de grande movimento da cidade.



A Rua Moreira e Dr. Deolindo ficaram intransitáveis. São vias fundamentais do eixo rodoviário.



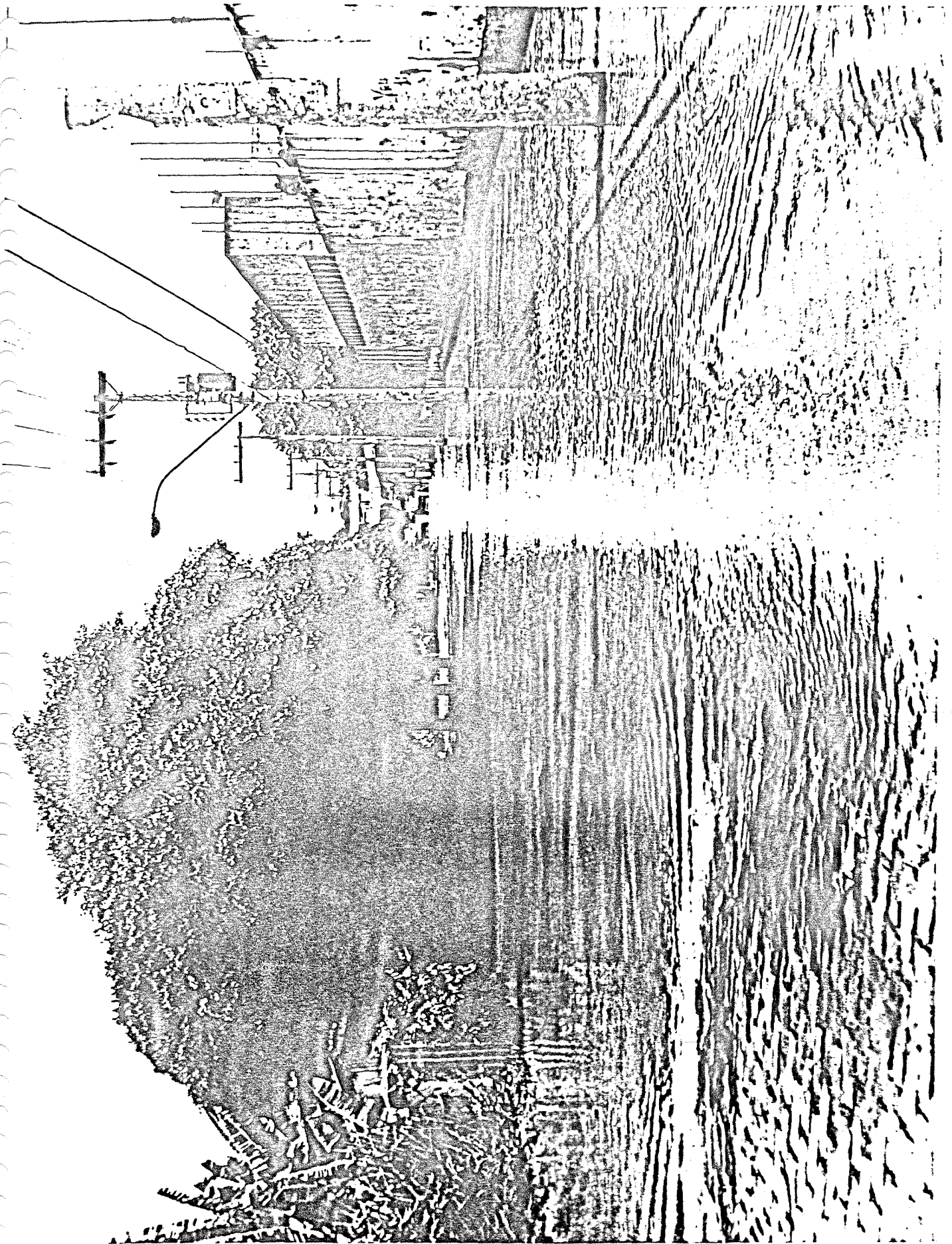
O muro principal do Estádio Municipal de Sumaré, o maior do Sul do Estado, sofreu prejuízos incalculáveis.



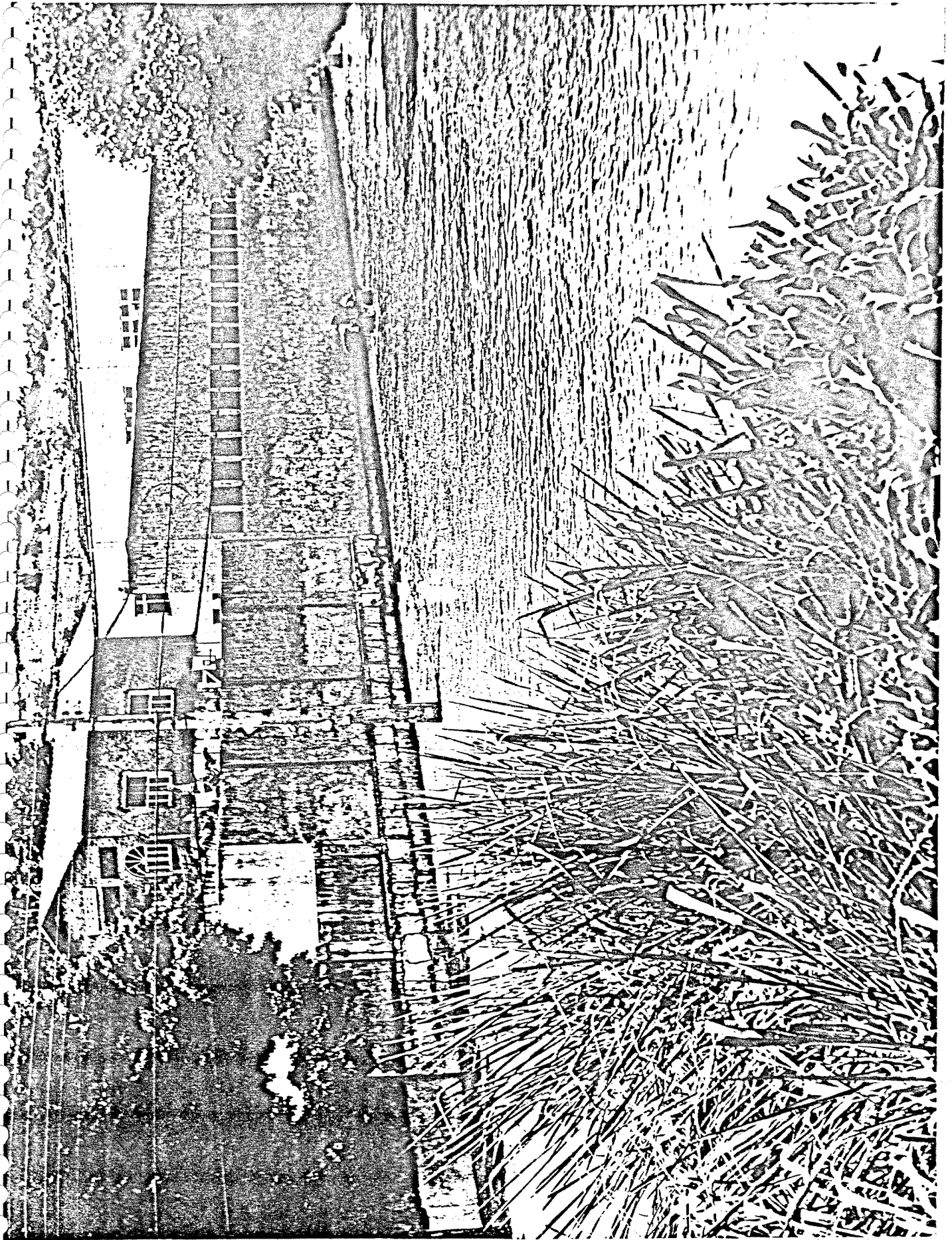
Queda de barreiras e deslizamentos interromperam a Rua Jerônimo Ribeiro, no Bairro Amarelo.



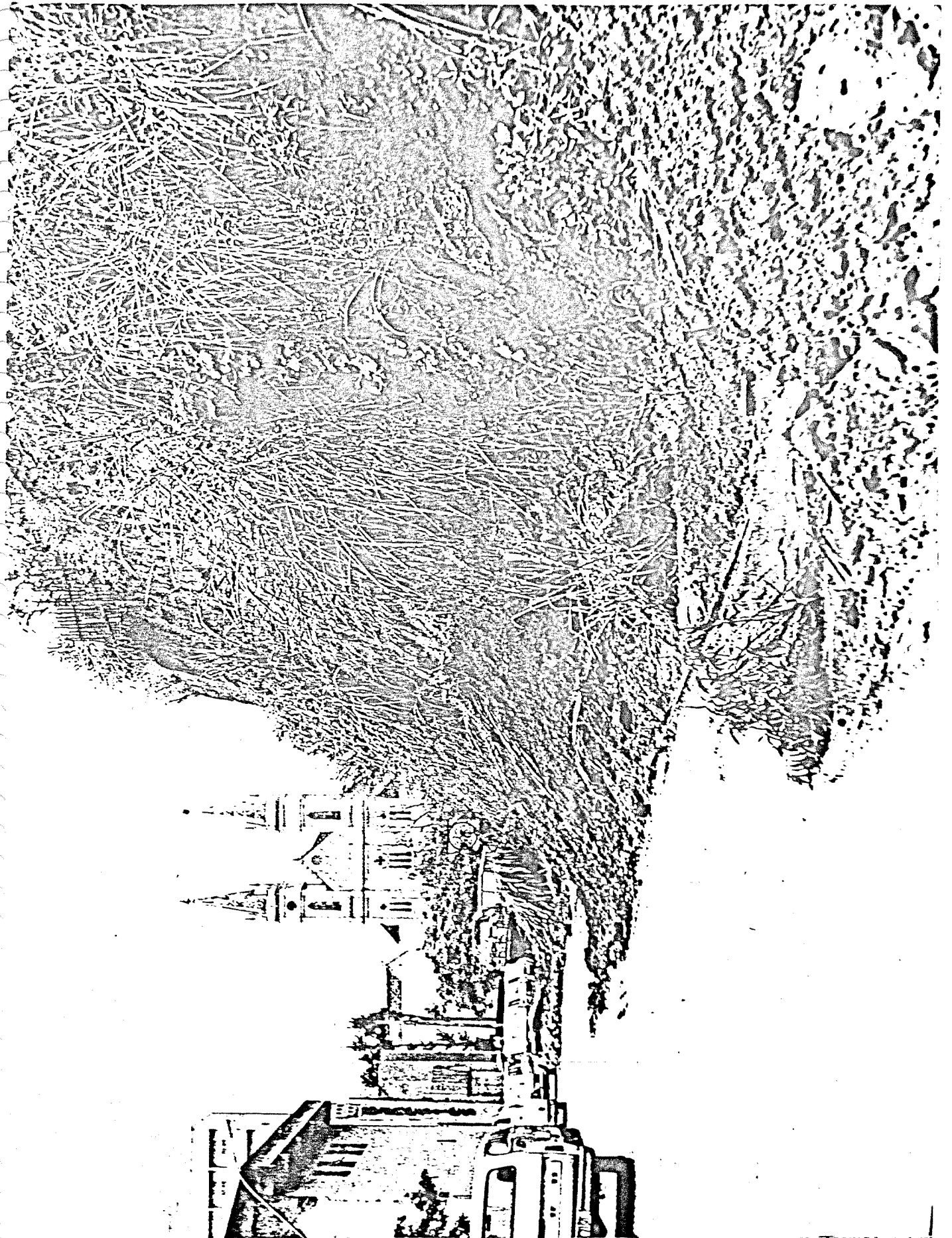
A arquibancada do Estádio Sumaré, o maior do Sul do Estado, foi destruída pelas águas das chuvas.



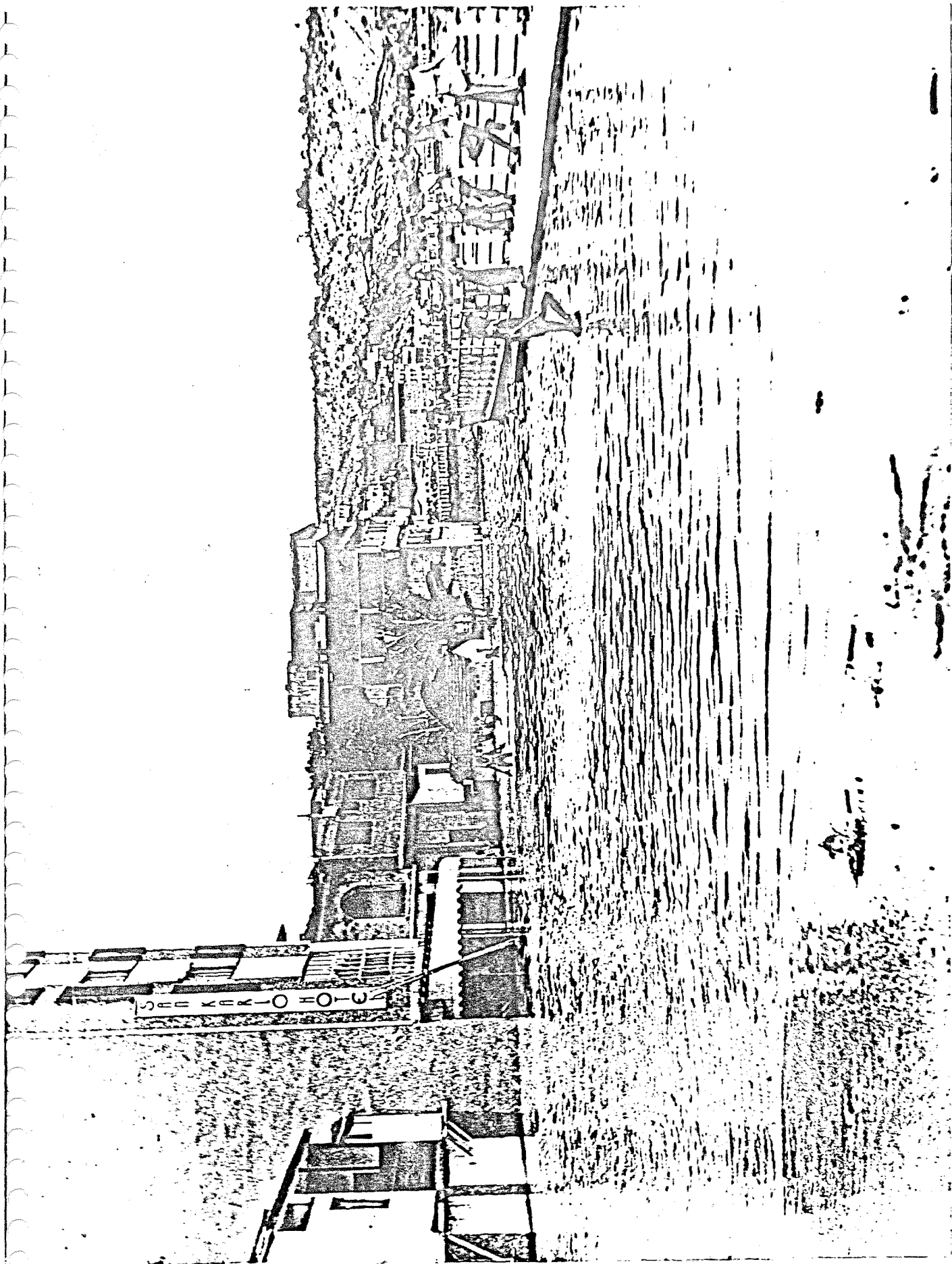
As águas atingiram completamente o maior colégio público da cidade : o Liceu Muniz Freire.



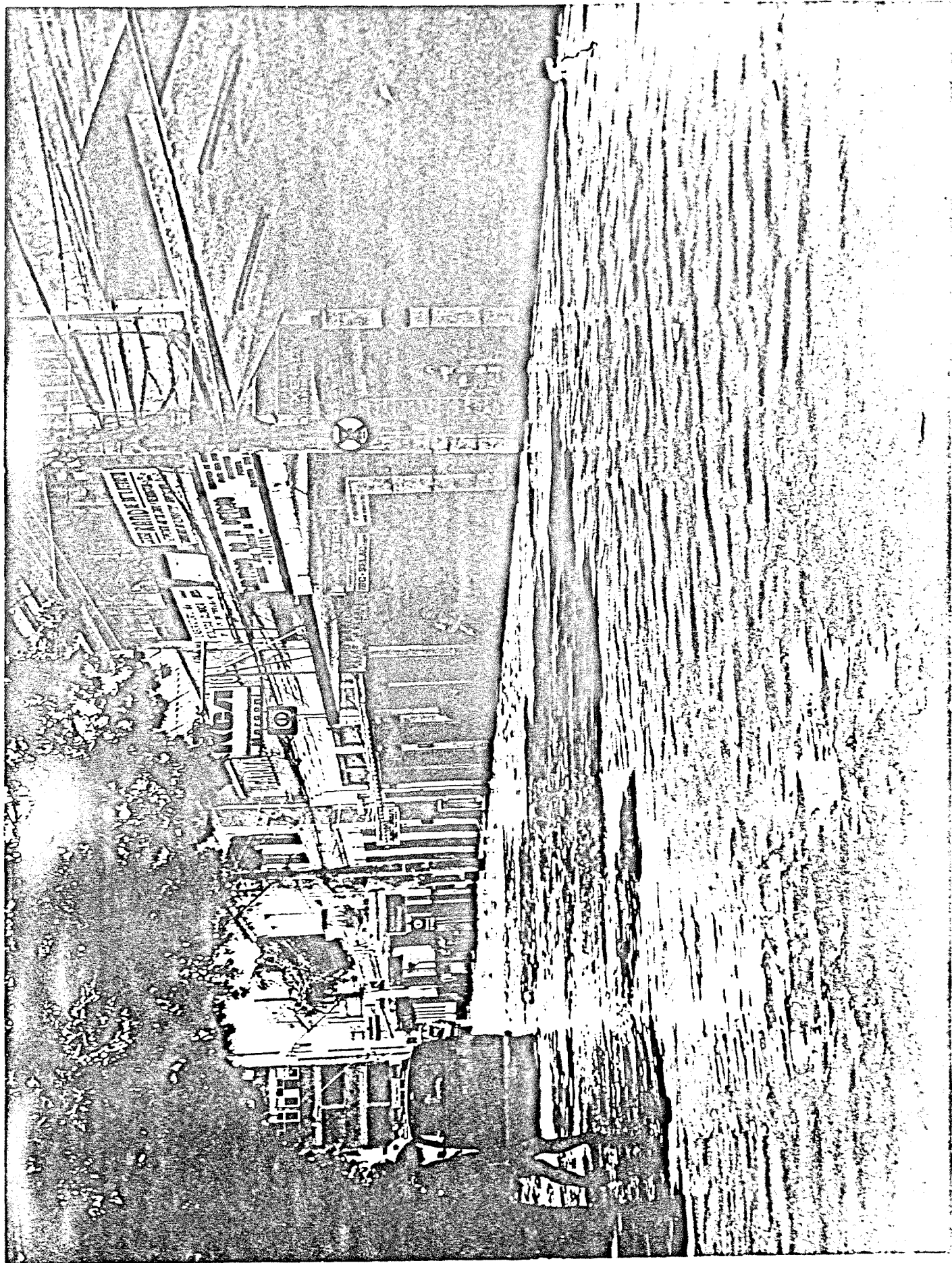
As águas atingiram completamente o maior colégio público da cidade : o Liceu Muniz Freire.



Queda de barreiras na Avenida Brahim Saeder. Via de grande importância para fluência do tráfego.



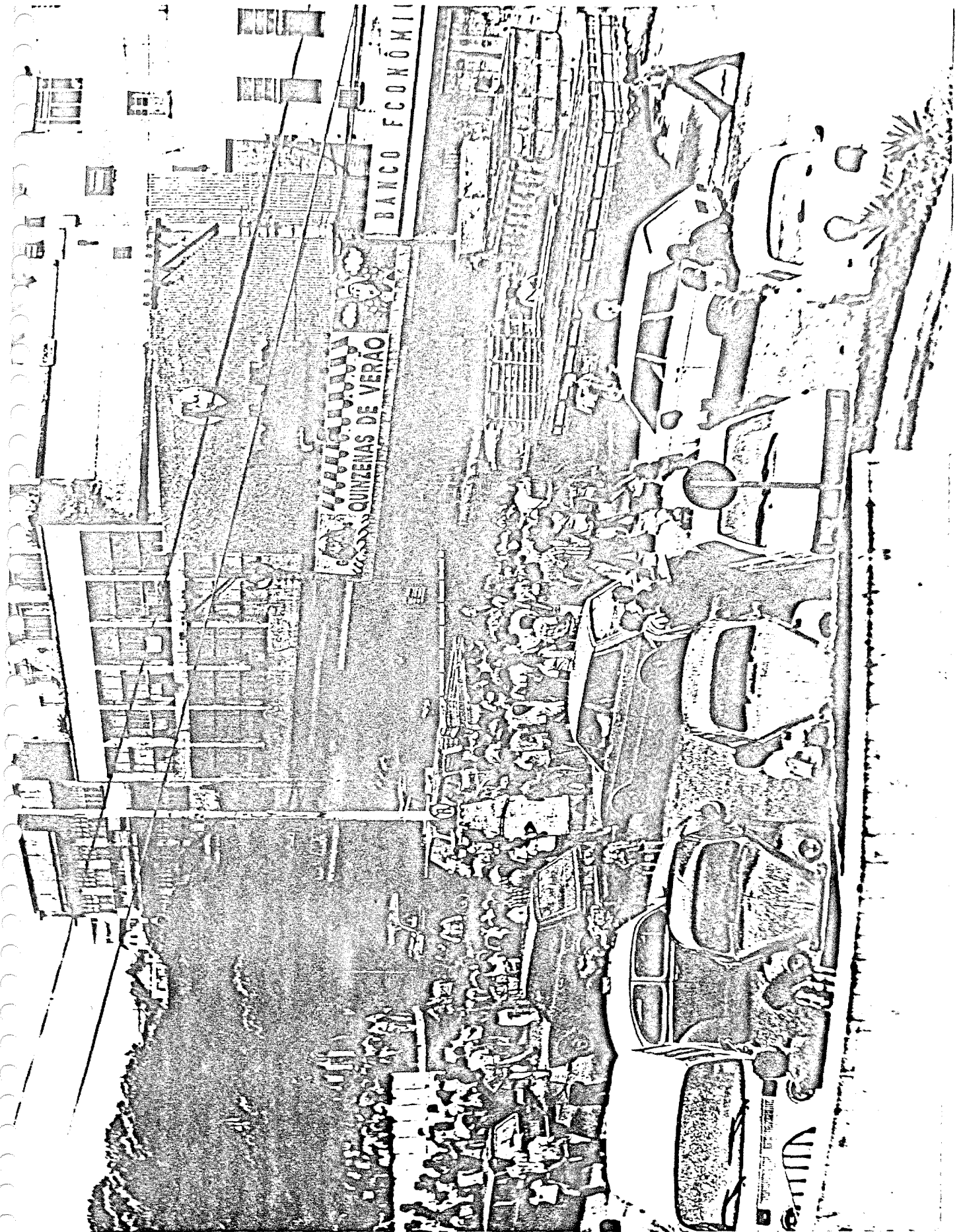
A Avenida Beira-Rio, onde funciona o moderníssimo Hotel San Karlo, ficou intrnsitável. A enchente foi total.



O comércio, no centro da cidade, teve que cerrar as suas portas. As ruas ficaram alagadas.



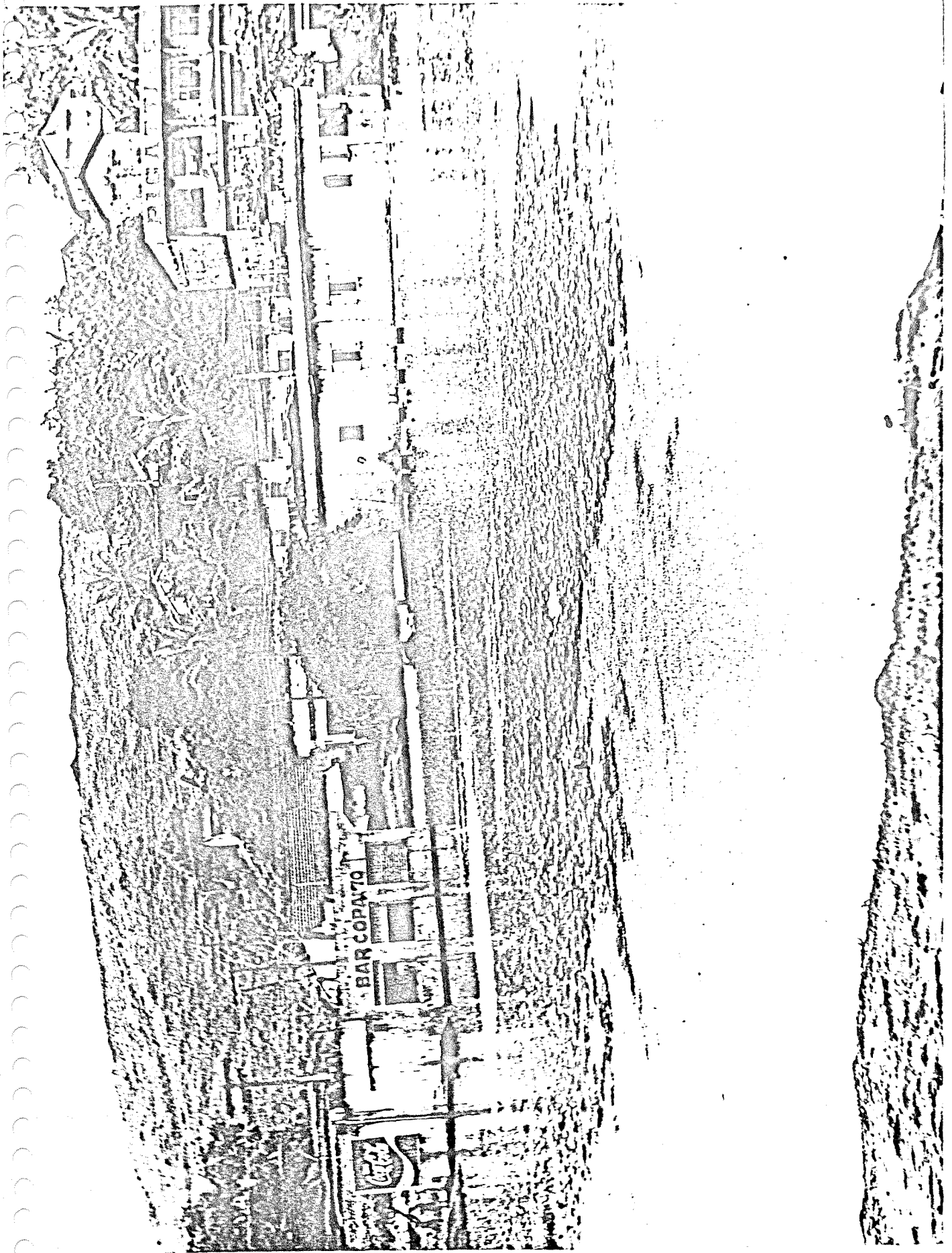
A operação salvamento e resgate, feito por helicóptero da
Marinha, no Bairro Ilha da Luz. A família ficou ilhada.



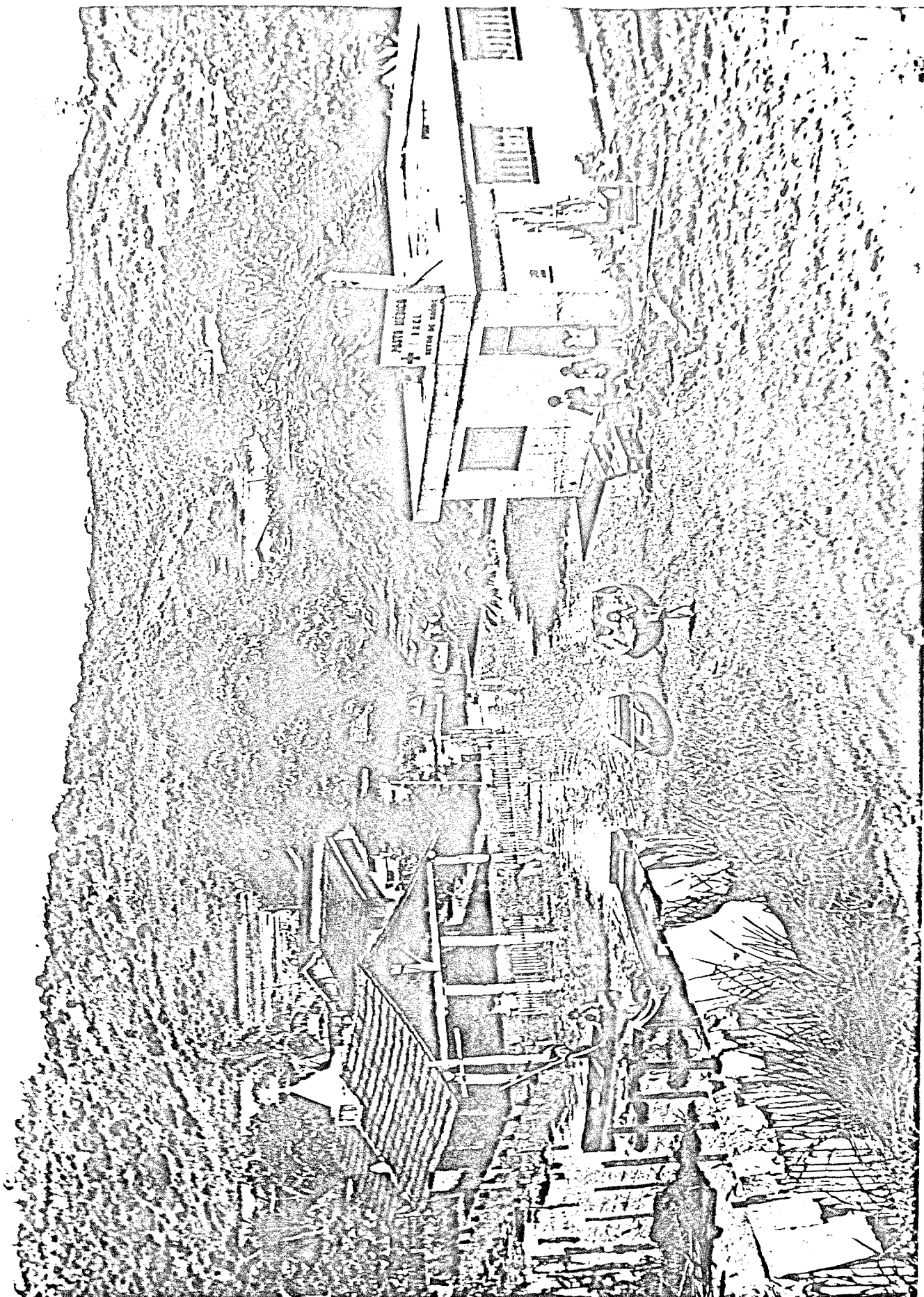
O prejuízo no comércio foi grande. As mercadorias foram re
tiradas - grande parte - antes que as águas atingissem total
mente às lojas. Isto no centro da cidade, parte mais alta.



A praça da Avenida Beira-Rio foi completamente tomada pelas águas.



Outro ponto bastante afetado pelas cheias : Rua Amilcar Figliuzi, no Bairro Coronel Borges.



Um aspecto do início das cheias do Rio Itapemirim, no Bairro União. Várias famílias foram abrigadas no Posto Médico que mostra a foto.

2.

UNIDADES DE SAÚDE

ACRÓQUIRO DE ITAPEMIRIM
UNIDADES DE SAÚDE

UNIDADE DE SAÚDE	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTI CULAR	Nº DE LEITOS	TIPOS DE SERVIÇOS	LOCALIZAÇÃO POR BAIRRO	ENTIDADE MANTENEDORA
Unidade de Saúde e Maternidade São				X	90	Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Cardiologia, Obstetria, Cirurgia Plástica, Ginecologia, Ortopedia, U.T.I., Pronto Socorro	Centro	Privada com convênio com INPS, DNOS, DER, SASSE-RFFSA
Unidade de Repouso Santa Isabel				X	230	Tratamento Psiquiátrico, Serviço Odontológico	Morro Amaral	Clínica convênio com INPS, B.B. CEF, DNER
Unidade Infantil São Francisco Assis				X	75	Serviços Pediátricos, atendimento odontológico quando necessário	Centro	Convênio com INPS, FUNRURAL / Subvenções
Unidade de Misericórdia				X	250	Hospital Cirúrgico (todos os serviços médicos), Pronto Socorro	Centro	Santa Casa com convênio INPS e FUNRURAL
Unidade Comunitária Psiquiátrica (em Pronto Socorro)		X			30	Hospitalização, consultas, urgências e exames laboratoriais	IBC	FHES*
Unidade - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	X				-	Serviços Odontológicos e consultas em geral	Independência	Sind./FUNRURAL
Unidade Volante - Pref. Municipal	X				-	Consultas em geral	-	Pref./FUNRURAL
Unidade - U	X				02	Urgências	Ferrovários	INAMPS
Unidade - Centro Saby				X	04	Pediatria	Centro	Particular
Unidade - SAPE				X	04	Pediatria	Centro	Particular
Unidade - COP				X	03	Cardiologia	Centro	Particular
Unidade - Centro de Saúde		X			-	Profilaxia	Guandú	FHES*
Unidade - MES				X	03	Clínica Geral	Centro	Particular
Unidade - Clínica de Acidentados				X	06	Atendimento urgente	Centro	Particular
Unidade - Centro Médico - Aquidabã			X		-	Clínica Geral	Aquidabã	Prefeitura
Unidade - Centro Médico - União			X		-	Clínica Geral	União	Prefeitura
Unidade - Centro Médico - BNH			X		-	Clínica Geral	BNH	Prefeitura
Unidade - Centro Médico - IBC			X		-	Clínica Geral	IBC	Prefeitura

Unidade - Prefeitura Municipal

Unidade - Hospitalar do Espírito Santo - Janeiro/80

3.

REDE FÍSICA ESCOLAR DO DISTRITO-SEDE
DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
